

Comunistas lançam "Apelo à unidade"

Na primeira reunião de sua direção no Congresso Nacional, em Brasília, o Partido Comunista do Brasil lançou ao povo e aos democratas um apelo à unidade, "bandeira da esperança", visando impulsionar as mudanças que a Nova República não efetivou. O PC do B propõe uma plataforma, de sete pontos, para esta união, suprapartidária e pela base. Pág. 3



Os participantes, em frente ao Congresso Nacional, formam a sigla do partido

EDITORIAL

Nas mãos do povo

Em todo o Brasil milhões de "fiscais" estão a postos, nos supermercados, nas lojas, açougues, nos restaurantes, para impedir a remarcação dos preços. Mas, nesta atividade, os brasileiros vão tomando consciência de que não basta a ação individual para obter êxito na tarefa. Existem milhares de estabelecimentos e um número incalculável de produtos, há uma imensa pressão para fazer as mercadorias mais caras - seja pela inércia da inflação dos últimos tempos, seja pela ambição desmedida dos capitalistas. Além das remarcações às escondidas, surgem denúncias de fraude no peso dos pacotes de açúcar, nos sacos de leite etc.

Ocorre que os empresários estão organizados e participam de todos os escalões governamentais. O sr. Abílio Diniz, por exemplo, dono dos supermercados que mais cometem infrações contra a economia popular, faz parte do Conselho Monetário Nacional. Certos órgãos incumbidos de fiscalizar os preços, como a Polícia Federal, por exemplo, são conhecidos por sua atividade antipovo, não merecem a menor confiança dos trabalhadores. A Sunab, o CIP e tantas outras repartições sempre serviram fielmente ao patronato e não ao homem simples que vive de seu salário.

Agora, o próprio governo reconhece que as medidas tomadas em relação aos salários levariam a perdas significativas para os trabalhadores. Por isto mesmo aceitou um reajuste salarial automático de 60% da inflação, nas datas dos dissídios de cada categoria. Imediatamente o lobby patronal se manifesta exigindo que esta quantia seja repassada aos preços das mercadorias, tentando restabelecer na prática a odiosa correção monetária.

Por tudo isto, para que a imensa mobilização popular tenha efeitos mais profundos e duradouros, urge que as multidões de interessados se organi-

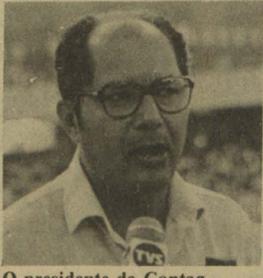
zem, criem instrumentos permanentes de ação, com vínculos estreitos com as entidades sindicais e com as associações de moradores dos bairros. Os comitês de fiscalização surgiram como formas espontâneas de organização de massas. Mas são ainda entidades embrionárias e em número reduzido. Merecem uma atenção especial dos trabalhadores conscientes, para que se transformem em arma de combate em defesa dos direitos dos cidadãos contra os especuladores.

A burguesia, por seu lado, tenta esfriar a participação dos trabalhadores nesta jornada cívica. Editoriais nos grandes meios de comunicação qualificam de "irresponsabilidade" colocar nas mãos do povo a fiscalização do congelamento. Querem que, o mais rápido possível, as massas voltem inocentemente para suas casas, deixando a tarefa para os instrumentos oficiais. Sabem que neste terreno a corrupção, o jogo de influências, a politicagem e a burocracia amolecem todos os controles.

O combate se trava portanto em diferentes níveis. No corpo-a-corpo diário diante dos balcões de mercadorias; na organização de milhares para pressionar as autoridades e empresários; na mobilização política do povo para tomar em suas mãos os destinos da pátria; no combate ideológico aos porta-vozes patronais que tentam vender a imagem de um povo incapaz de contribuir para o progresso; na luta sindical por reajustes salariais que recomponham o poder aquisitivo dos trabalhadores, por estabilidade no emprego, por 40 horas semanais, por ampliação dos mecanismos do salário-desemprego etc.

Ao apertar o botão do congelamento dos preços, detonou-se um processo de luta de grande envergadura. A mobilização e organização do povo constituem as peças fundamentais para conduzir este combate vitoriosamente.

Contag participará da fundação da CGT



O presidente da Contag

Em reunião na semana passada, a entidade dos trabalhadores rurais decidiu reforçar o congresso da Conclat e apoiar a CGT. Pág. 6



Maluf cumprimenta novo cabo eleitoral cutista

Dirigente da CUT dá apoio a Maluf

José de Fátima, vice-presidente da central petista, anuncia sua adesão à campanha eleitoral do PDS em São Paulo. Pág. 6

Povo esmiuça as prateleiras para vigiar preços

Entidades sindicais e populares organizam brigadas de fiscalização do congelamento, acuando comerciantes infratores. Veja também as mudanças salariais nas págs. 4 e 10



Fiscalização popular em Camaçari autua um supermercado

Motoristas em SP derrotam projeto de Jânio Quadros

A greve na CMTC obrigou Jânio a cancelar as contratações de funcionários com jornada de 6 horas e salários reduzidos. Pág. 7



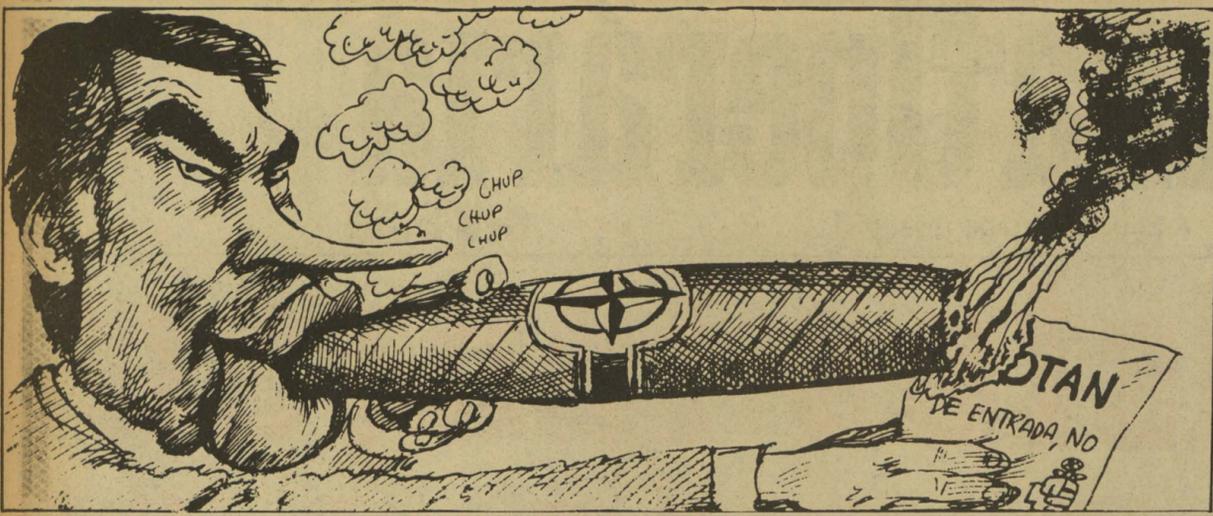
Mulheres comemoram o 8 de março

No Dia Internacional da Mulher, as manifestações pela Constituinte e pelos seus direitos em vários Estados. P. 7

González atrela a Espanha à OTAN

Os social-democratas no poder na Espanha traíram suas promessas eleitorais e mantiveram o país na OTAN. Pág. 2

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Felipe González acende charuto com o símbolo da OTAN, nesta charge espanhola

Social-democracia garante presença espanhola na OTAN

A Espanha continua na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Foi a decisão do referendo sobre o assunto realizado no último dia 12. Os Estados Unidos, que lideram o bloco militar agressivo do Atlântico Norte, acompanharam minuto a minuto o pleito. O governo social-democrata de Felipe González defendia a permanência na OTAN.

O resultado surpreendeu os espanhóis. A campanha contra a OTAN chegou a resultar numa manifestação com mais de 1 milhão de pessoas em Madrid, em fevereiro. O próprio Felipe González elegeu-se primeiro-ministro em outubro de 1982 condenando o ingresso da Espanha na OTAN (ocorrido em 30 de maio daquele ano). Depois que assumiu o poder, o dirigente do chamado Partido Socialista Operário da Espanha (PSOE) traiu as promessas eleitorais e os proletários que diz representar, e passou a defender a permanência do país na organização belicista.

Tal desfaçatez não ocorreria sem traumas. Primeiro, González comprometeu-se a realizar um plebiscito sobre o assunto. Mas o povo espanhol e mesmo seus colegas de partido ficaram desconfiados. A Juventude Socialista, órgão do PSOE para o setor juvenil, manteve-se fiel à oposição à OTAN. Até o ministro das

Relações Exteriores, Fernando Morán Lopes, opôs-se à permanência no bloco agressivo. Foi demitido. González afirmou que a decisão de permanecer na organização era "do governo, e não do partido". E o plebiscito prometido ficava sem data marcada.

FALSA DEMOCRACIA

As pressões populares contra a OTAN continuaram, e González viu-se obrigado a, realmente, realizar o plebiscito. O governo lançou-se então numa verdadeira guerra propagandística pró-OTAN. Os métodos não foram nada democráticos. Os social-democratas no poder convocaram os proprietários de rádio e tevê e incitaram-nos a boicotar o noticiário sobre as manifestações contra a OTAN. As entrevistas e debates com defensores da organização belicista, por seu lado, multiplicaram-se. Um compositor teve uma música anti-OTAN censurada. Os

horários dos partidos políticos nas emissoras para debater o plebiscito foram vilmente manipulados: 50 minutos para o PSOE e apenas 5 minutos para cada um dos partidos contra a OTAN. Até o secretário-geral da organização, lord Carrington, foi à Espanha participar da campanha, numa intromissão indevida nos assuntos internos do país, com a cumplicidade dos social-democratas.

Não faltaram os laços ridículos. Em um mês, González participou de três atos públicos, três entrevistas coletivas, seis comunicados de tevê e quatro programas de rádio. Numa dessas suas intervenções, chegou a ameaçar os espanhóis com o desemprego, caso o país saísse da OTAN. Um secretário de governo, Luiz Yanes, disse que a saída da organização seria "um perigo para a realização dos Jogos Olímpicos em 1992 em Barcelona..." Esses disparates levaram a Coordenação Estatal de Organizações Pacifistas (engloba 200 entidades e condenou os EUA e a URSS como potências imperialistas) a ironizar, afirmando que, a se crer no governo, a Espanha seria invadida pela AIDS se saísse da OTAN.

ESPANHA MILITARIZADA

Desde a posse dos social-democratas no governo e a nomeação de Narcis Serra para o Ministério da Defesa, progrediu a militarização no país. O armamento foi modernizado, novas leis instituídas, as Forças Armadas reorganizadas (de acordo com as orientações da OTAN) etc. O comércio de armas atingiu, em 1983, 300 bilhões de pesetas em importações (especialmente dos EUA) e 130 bilhões de exportações (principalmente para regimes reacionários, como o do Marrocos). Mesmo antes do referendo, a Espanha já participava de 35 projetos comuns de construção de armamentos com os países da OTAN. Felipe González apóia o projeto "Guerra nas Estrelas", de Reagan, e seu governo participa na construção do avião de combate europeu. No país estão três bases aéreas e uma base naval norte-americana, além de seis centros de comunicações, dois de observações, 196 aviões, um depósito de munições e um oleoduto administrado pelos EUA. São 12.545 militares e 1.669 civis ianques estacionados na Espanha. (Carlos Pompe)

Mais dólares para os anti-sandinistas

A máquina de propaganda e contra-informação do governo Reagan está funcionando a todo vapor para conseguir do Congresso a aprovação de uma verba de mais de 100 milhões de dólares de ajuda aos contra-revolucionários que há cinco anos tentam derrubar o governo nicaraguense. Washington foi o palco, na última semana, para desfile de notórios somozistas (chamados por Reagan e alguns secretários e participaram de festas regadas a champanhe, "pela liberdade da Nicarágua".

Além dos discursos sobre o perigo do comunismo, uma divisão do Departamento de Estado dos EUA, ligada ao gabinete de George Shultz, está encarregada de produzir provas documentais de que o território nicaraguense está sendo usado para o treinamento de "terroristas". O governo Reagan, no entanto, avisa: se os 100 milhões de dólares não forem suficientes para derrotar o governo sandinista, será necessário o envio de tropas norte-americanas à Nicarágua.

Reagan provavelmente não conseguirá arrancar do Congresso todo o dinheiro que está pretendendo, pois a própria imprensa norte-americana tem afirmado que os "contras" (cerca de 10 mil homens acampados em Honduras) não têm condições de derrubar o governo sandinista, pois não conseguem ganhar apoio da população nicaraguense, pela falta de um programa político e principalmente porque boa parte deles são antigos membros da odiada Guarda Nacional do deposto ditador Anastácia Somoza.

Os contra-revolucionários apoiados pelos EUA já provocaram a morte de cerca de 15.000 nicaraguenses e perdas incalculáveis à economia do país.



Soldados ianques em Honduras abusam sexualmente de crianças

Soldados ianques prostituem crianças

Os soldados norte-americanos da base aérea de Palmerola estão utilizando crianças hondurensas para práticas sexuais aberrantes, segundo denúncia da professora Oralia de Andino. Para abusar dos meninos - denunciou a professora - os soldados norte-americanos lhes dão álcool ou drogas e ela mesma chegou a ver quatro dessas crianças com esperma no rosto e na cabeça, acrescentando que uma delas já contraiu um cancro sífilítico na boca. Em troca, os meninos levam dólares para casa.

Honduras, país vizinho da Nicarágua e El Salvador, que ganhou nos últimos anos a categoria de "porta-aviões" dos EUA na América Central, possui 4.300.000 habitantes, 70% dos quais vivem na mais absoluta miséria. Desde 1981, a administração Reagan intensificou o reforço militar em Honduras, construindo mais de uma centena de pistas de aterrissagem, bases e outras instalações bélicas. Na base aérea de Palmerola, na cidade de Comayagua, estão permanentemente estacionados 1.200 soldados que oferecem, entre uma manobra militar e outra - segundo a embaixada dos EUA - "vigilância, ação cívica e sanitária" a população.

As delícias de Baby Doc na França

Enquanto a população haitiana debate-se em meio à miséria e à espoliação deixadas pela ditadura Duvalier, Baby Doc abandona as "agruras" do luxuoso hotel de Talloires, nos Alpes, onde estava se sentindo "prisioneiro" e se transfere para o ensolarado litoral do sul da França. Com o beneplácito do governo "socialista" francês, o ex-ditador haitiano passou a morar em um palacete de 10 quartos, com piscina e quadra de tênis - tudo mais bem vigiado por policiais.

Coréia do Sul contra as diretas

Kim Keun Tae, um dos líderes opositoristas sul-coreanos foi condenado no dia 7 a sete anos de prisão por "atividades pró-comunistas", enquanto Kim Dae Jung era colocado sob prisão domiciliar por sua participação na campanha por eleições presidenciais diretas nesse estratégico país do extremo-leste asiático, onde estão estacionados 40 mil soldados norte-americanos, em 40 grandes bases militares.

Flagelo do desemprego no Chile

Mais de meio milhão de chilenos estão desempregados, segundo a última pesquisa oficial do Instituto de Estatísticas. O desemprego, que a nível nacional atinge 12,2% da força de trabalho, na região metropolitana da capital chega a 15,2%. Além dos 516.000 oficialmente desempregados, existem 245.000 ocupados em programas governamentais de emergência, que recebem um salário simbólico, em troca de pequenos trabalhos.

Negros torturados na África do Sul

"Tratamento helicóptero" (uma espécie de pau-de-arara), flexões com um policial montado às costas, noites inteiras com água até as canelas e confinamento em solitárias, sem poder receber visitas de advogados ou familiares. Essas torturas foram denunciadas por alguns dos 327 negros da África do Sul, libertados no dia 7, após a revogação do estado de emergência que vigorou desde julho passado, em 36 municípios reservados aos negros do país. Apesar das torturas, os presos libertados manifestaram determinação em continuar lutando contra o regime do apartheid.

Fome e pobreza nos Estados Unidos

O Comitê Especial de Investigações de Washington revelou que nada menos do que 20 milhões de norte-americanos vivem em estrita pobreza, passando inclusive fome. A incidência da fome já não castiga apenas os Estados do sul - onde os negros são os principais - mas a "corrente da fome" está se deslocando para o Oeste. O Texas, Dakota do Sul, e Missouri são os locais onde a fome mais se abate na população.

Comitê de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Albânia, onde os preços nunca aumentam

Como evoluem os preços no sistema socialista? Embora possa parecer impossível, os preços das mercadorias não sobem; ao contrário, caem. E a explicação é muito simples: a produção, planejada, não visa o lucro, mas a satisfação crescente das necessidades dos trabalhadores. É o que nos mostra o jornalista Luiz Manfredini no livro "Albânia, horizonte vermelho nos balcãs", do qual publicamos abaixo alguns trechos que abordam o problema.

Na sociedade socialista, o comércio não busca o lucro, mas abastecer cada vez melhor a população, servindo de enlace entre a produção e o amplo consumo. Esta é uma característica fundamental, que dá o tom do comércio socialista.

SISTEMA DE PREÇOS

O que mais impressiona no comércio albanês é o sistema de preços. Ele é estável e único em todo o país. Não é o mercado, mas política centralizada e planejada que regula os preços. Testei isso pessoalmente, quando comprei um cachecol em Shkodra, por 40 leks, e verifiquei que o mesmo preço, para o mesmo produto, se repetia nas demais regiões. Renovei a experiência com um boné que adquiri em Tirana, até mesmo com cartões postais que comprei em Gjirokastra.

Em todo o país, um litro de leite custa 2,4 leks; o quilo de carne, 17 leks; a dúzia de ovos, 9 leks; um tubo de dentifricio, 2,5 leks; o bilhete de ônibus urbano, 0,4 leks; o quilo de queijo, 14 leks.

Os preços não são apenas únicos, mas constantemente baixam de valor. A primeira rebaixa de preços foi em 1º de abril de 1950. De lá para cá houve 17 delas, que redundaram, para a população, benefícios estimados em quatro bilhões de leks. Testemunhei uma rebaixa de preços. Em



Os albaneses não sofrem com a inflação e os preços só são rebaixados, nunca aumentam

1982, lá estava o jornalista Jayme Sautchuk, e verifiquei que uma máquina de lavar roupa, de fabricação albanesa e uso massivo, custava 1.700 leks. Durante a minha visita, quase dois anos depois, estava à venda por 1.200 leks.

Em junho de 1982, houve rebaixa nos preços de produtos de amplo consumo (incluindo carnes, sapatos, roupas, materiais elétricos e de plásticos etc.), que ficaram em média 17% mais baratos, o que gerou benefício anual de 75 milhões de leks para a população.

Em abril de 1983, nova rebaixa envolveu 137 tipos de medicamentos, cujos preços baixaram, em média, 41,5%, economizando, para a população, algo em torno de 17 milhões de leks.

A resolução do Conselho de Ministros, que determinou esta rebaixa, fixou ainda a entrega ao povo, gratuitamente, para tratamento domiciliar, dos medicamentos usados contra a tuberculose.

A política de preços na Albânia evita, inclusive que o consumidor nacional sofra os efeitos com o aumento de duas, três até quatro vezes das máquinas, matérias-primas e outros produtos que o país se vê obrigado a importar. Em alguns casos estes produtos, ao contrário, são vendidos mais baratos internamente, e a diferença é

coberta pelo orçamento estatal.

Por aí é possível começar a entender melhor a razão pela qual o comércio albanês é instituição equilibrada, serena, que não conhece crises, que dispensa a orgia publicitária do comércio capitalista. Nada disso viceja onde a propriedade dos meios de produção é social, onde a economia, no seu conteúdo, não visa o lucro, mas a satisfação, a mais ampla possível, das necessidades materiais e culturais da população.

As freqüentes rebaixas são exemplos típicos dessa realidade. Elas são possíveis graças ao aumento da produtividade do trabalho que reduz os custos da produção, e à ausência do lucro que permite que essa queda do custo de produção seja repassada aos consumidores.

Na verdade, na Albânia, o cálculo do preço em dinheiro não é simples cálculo técnico, contábil, mas essencialmente um cálculo social, que tem por objetivo velar pelo interesse da sociedade, estimular a produção, melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Um exemplo característico: o Estado paga mais caro pelos cereais de panificação que adquire das cooperativas das zonas montanhosas (onde as dificuldades são maiores e os rendimentos menores). Isso

permite aos camponeses dessas regiões aumentar sua receita e, progressivamente atingir o nível de vida das regiões planas das cidades.

Assim, os preços são também utilizados como reguladores parciais da desigualdade dos rendimentos entre os diferentes grupos populacionais. Ademais, ao serem fixados, tem-se em conta também a destinação das mercadorias: os objetos de luxo são mais caros que os artigos de amplo consumo.

É interessante notar que o jogo livre dos preços do mundo capitalista golpeia rudemente o nível de vida dos trabalhadores. Os exemplos são gritantes. Em comparação a 1970, o custo de vida, em 1980, cresceu 3,9 vezes na Itália; 3,7 vezes na Inglaterra; 4,4 vezes na Espanha; 5,2 vezes em Portugal; 6,5 vezes na Jugoslávia. Elevação, diga-se de passagem, que costuma atingir especialmente os produtos de primeira necessidade como os alimentos.

No início de 1983, em relação a 1982, os preços aumentaram 30% na União Soviética e duas a quatro vezes na Polônia. Na Tchecoslováquia, no mesmo período, a carne e outros produtos básicos ficaram de 50% a 100% mais caros. Nem é preciso mencionar o Brasil.

Palestra sobre o PC do B luta a ABI no Rio

Com a presença de aproximadamente 500 pessoas, realizou-se no último dia 10, no auditório da ABI, no Rio de Janeiro, debate com o jornalista Rogério Lustosa, membro da Comissão Executiva Nacional do PC do B, sobre o tema: PC do B - PCB, dois caminhos opostos. O ato marcou também o lançamento oficial, no Rio, do folheto sobre o mesmo tema, escrito pelo dirigente comunista, que teve grande procura entre os presentes. Participou da mesa dos trabalhos a veterana militante do partido, Elza Monnerat.

Em sua exposição, Rogério Lustosa fez uma breve análise sobre as trajetórias das duas agremiações e os fatores que originaram o surgimento do revisionismo no Brasil, citando em particular o surto desenvolvimentista na década de 50, que facilitou a difusão de ilusões com as reformas no sistema capitalista. Lembrou ainda a indicação de Lênin de que a unidade é "uma palavra de ouro", mas a unidade dos marxistas contra os inimigos da classe operária, inclusive contra as correntes burguesas infiltradas no movimento popular.

Rogério mostrou que o desmascaramento e a luta contra o revisionismo é questão fundamental para fazer do Partido do proletariado uma arma afiada para as tarefas revolucionárias.

Ao fim da intervenção do palestrista, revelou-se imenso interesse dos ouvintes. O tempo foi pouco para responder ao grande número de perguntas, tanto de novos filiados ao PC do B como de ativistas democratas ansiosos por esclarecer dúvidas e por encontrar formas de fortalecer a unidade popular, em especial a unidade da classe operária. Encerrando o debate, Rogério conclamou a todos para um combate cerrado às tergiversações dos traidores do marxismo e a ingressarem no partido do proletariado. (da sucursal)

Feira de Santana já tem sua bancada comunista

Em Feira de Santana, um dos maiores e mais importantes municípios da Bahia, conhecido pela resistência de seu povo aos golpistas de 1964, um concorrido ato político marcou a passagem do vereador Messias Gonzaga, eleito pelo PMDB, para a legenda do PC do B.

Realizada na Câmara Municipal, em seção especial, a manifestação contou com a presença maciça dos vereadores de todos os partidos com assento no Legislativo feirense, além de convidados como o deputado federal e líder do PC do B na Câmara Federal, Haroldo Lima, o deputado estadual do PC do B, Luis Nova, o prefeito de Camaçari, Luís Caetano, vereadores Lídice da Matta e Ney Campelo, do PC do B de Salvador, representante do deputado estadual Colbert Martins, ex-prefeito de Feira de Santana, além do presidente regional do PC do B, Olivalfreire, e outros dirigentes comunistas.

O vereador Celso Daltro, líder do PMDB na Câmara, ressaltou a grande contribuição de Messias Gonzaga para a unidade da bancada peemedebista durante seus três anos de mandato.

(da sucursal)



Dia 25 de março a classe operária comemora o aniversário de seu partido, o Partido Comunista do Brasil. Desde que foi fundado em 1922 o PC do B ergue as bandeiras dos explorados e oprimidos. Sempre lutou pela democracia e pela independência nacional, pelo socialismo, o regime que solucionará definitivamente os problemas do povo. Agora o PC do B já é legal, o que é uma conquista do povo brasileiro na sua luta pela liberdade.

Você está convidado a comparecer à Sessão Solene em Comemoração ao 64º Aniversário de Fundação do PC do B. Dia 25 de março, 3ª feira, às 19 horas, na Assembléia Legislativa, Plenário Juscelino Kubitschek (av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Parque do Ibirapuera).



No "Auditório Petrônio Portella", do Senado, os comunistas encerram sua primeira reunião pública com uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher

PC do B propõe "independência e vigilância" face ao governo

Com delegações de todos os Estados e do Distrito Federal, o PC do B realizou dias 7 e 8, no Congresso Nacional, Brasília, a primeira reunião pública de sua direção após 38 anos. No centro dos debates a atitude frente à Nova República e ao governo Sarney e o empenho dos comunistas na união do povo, sob o lema "a unidade é a bandeira da esperança".

Os auditórios carpetados e suntuosos do Congresso receberam, nesses dias, um público pouco usual: operários, camponeses, líderes do povo simples, parlamentares efetivamente comprometidos com os interesses dos trabalhadores. Na sessão de abertura - com a presença de políticos de outros partidos, como o ex-ministro Waldir Pires - o líder do PC do B na Câmara, Haroldo Lima, enfatizou a importância da reunião: citou diversos documentos legais, desde 1922, mostrando a luta dos comunistas pela legalidade, e as conquistas alcançadas recentemente neste terreno pelo PC do B, "que já está organizado em todas as unidades da Federação, exceto o território de Fernando de Noronha".

UMA UNIDADE ESPECIAL

Depois da leitura dos documentos que serviram de base à discussão, começaram as intervenções, exprimindo os sentimentos e opiniões do coletivo partidário em cada parte do Brasil. Muitas dezenas de oradores debateram exaustivamente as questões da atualidade, desde o pacote econômico até o movimento de mulheres, e da luta pela reforma agrária à participação do PC do B na campanha da Constituinte. Cada um introduzia um elemento novo, um ponto de enfoque, um argumento, um exemplo vivo extraído da militância em sua área de atuação.

O ponto de maior destaque foi a impressionante unanimidade do PC do B em torno da linha aprovada. Mais uma vez manifestou-se aquela unidade de pensamento e de ação dos comunistas, que tanto incomoda e até choca os meios políticos burgueses e pequeno-burgueses.

Estes senhores, habituados às incessantes disputas entre facções de seus partidos, não concebem uma agremiação política onde todos têm um mesmo objetivo e batalham juntos por ele. Um pouco a contragosto, admitem que num regime de liberdade partidária cada partido deve ser como bem entenda, mas nunca perdem a oportunidade de atirar farpas contra a unidade dos comunistas, que chamam de "stalinismo".

A reunião de Brasília permitiu que se examinasse ao vivo como se constrói essa unidade. Em primeiro lugar, ela só é possível num partido onde o simples militante também tem voz ativa, atuando de forma organizada na célula de base. Em segundo lugar, efetiva-se somente quando este partido está colado à vida do povo, acompanhando junto com ele

as peripécias do curso político real. Por fim, é um tipo de unidade incompatível com os grupos, alas, facções ou panelinhas, ou com as chamadas "legítimas aspirações pessoais" dos caciques políticos, que dão o tom nas legendas burguesas e pequeno-burguesas.

O PC do B E O GOVERNO

A tarefa número uma, "questão essencial", para o PC do B, é "a união do povo brasileiro, das forças democráticas e progressistas, da classe operária e do campesinato" (veja o quadro ao lado). Esta proposta se sustenta em toda uma visão da realidade nacional exposta em um documento de 22 páginas - "O PC do Brasil face ao governo e à situação do país".

O texto aprovado se detém na análise da Nova República, afirmando que, "embora tenha cumprido o importante papel de pôr termo ao governo despótico", ela "não alterou substancialmente o caráter do velho regime conservador". Examina a superestrutura política e a estrutura econômico-social do país e conclui que "não é esse o regime pelo qual o povo lutou". Comenta, a seguir, o desempenho do governo Sarney, pesando seus "aspectos positivos e também negativos" e os do pacote econômico, que mereceu também um documento à parte (ver pág. 4).

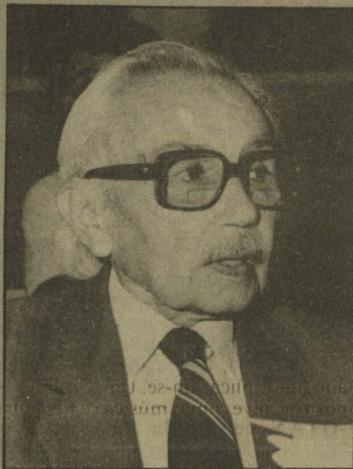
Sobre esta base o PC do B, "diante do novo quadro da realidade brasileira, adota face ao governo do presidente Sarney uma posição independente (que sempre teve) e de firme contestação dos aspectos negativos da política que vem conduzindo". O texto esclarece que os comunistas, mesmo não fazendo "oposição sistemática" visando a "desestabilização do regime" ou o "desgaste do governo", vão deixar "bem marcada" sua "posição de independência e vigilância crítica".

Para o PC do B, a perspectiva é de "exacerbar-se" o "confronto entre as forças democráticas e progressistas e os setores conservadores e reacionários". O texto deposita suas esperanças na "corrente popular, democrática e progressista", que "encontra-se disseminada em diversos partidos e organizações de massas" e "potencialmente representa uma grande força, ainda que dispersa e sem rumos claros". Daí a proposta de "construção de uma ampla frente do povo para derrotar a direita". O PC do B encara esta frente como "a união do povo pela base", em torno de um programa mobilizador. Ao mesmo tempo, faz "sérias restrições" à alternativa lançada ultimamente de uma frente de "esquerda ou progressista,

"A unidade é a bandeira da esperança"

Já começou a ser amplamente difundido o "Apelo à Nação" formulado pela reunião do PC do B em Brasília.

Abaixo, trechos do "Apelo", dirigido ao povo, aos trabalhadores, aos democratas e patriotas, concitando-os à "união num amplo movimento de massas em prol da verdadeira independência, da plena liberdade, do progresso a serviço da maioria da Nação".



João Amazonas leu o "Apelo à Nação"

"Há mais de dois anos, milhões de brasileiros saíram às ruas na caminhada democrática que pôs fim ao regime militar. Unidos, venceram uma grande batalha. Implantou-se a Nova República, surgiu um governo civil.

"Contudo, o Brasil continua espoliado pelo capital estrangeiro. Cada mês entregamos um bilhão de dólares aos banqueiros internacionais a título de juros da dívida externa. O latifúndio mantém-se intocável.

"A Nova República, que gerou expectativas otimistas, revelou ser um modelo conservador. Não corresponde às profundas aspirações das massas populares. A velha estrutura do Estado reacionário mantém-se inalterada. Os corruptos não sofreram penalidades de nenhuma espécie, voltam desinibidos e até agressivos à cena política. A luta não terminou com a simples extinção do regime arbitrário. Nem com a convocação da Assembléia

Nacional Constituinte. A direita se reorganiza, as forças conservadoras tudo fazem para impor o regime que lhes convém.

"O Partido Comunista do Brasil considera que é chegada a hora de se opor decididamente aos planos da reação e dos monopólios internacionais, impulsionar a luta por mudanças de profundidade sem as quais nosso país e nosso povo continuarão passando enormes dificuldades. O povo brasileiro elevou sua consciência política, quer a solução dos problemas fundamentais que afetam a Nação.

"O Partido Comunista do Brasil, que defende um programa democrático e patriótico e aponta o futuro socialista, julga que o momento é de aglutinação de forças, de criação de um largo movimento de cunho popular que englobe a maioria da nação, sem feição partidária, sem exclusivismos de qualquer natureza, sem hege-

monia decretada, sem atrelamento a prováveis candidaturas ao Palácio do Planalto. A união do povo é a chave da vitória, o caminho para atingir os objetivos maiores que almejamos.

A base para a união do povo é um programa comum. O PC do Brasil é de opinião que o programa deve conter as questões básicas da atualidade, consensuais à maioria da Nação. Propõe os seguintes pontos:

1. Suspensão do pagamento dos juros da dívida externa;
2. implantação imediata do plano de reforma agrária e luta por sua ampliação;
3. Constituinte democrática e progressista;
4. fim das leis arbitrárias, do entulho autoritário;
5. combate à inflação por conta dos ricos;
6. contra a privatização de empresas estatais necessárias ao desenvolvimento do país;
7. reajuste salarial para recompor o poder aquisitivo dos trabalhadores, 40 horas, estabilidade no emprego, liberdade sindical.

Acreditamos que se as forças democráticas e progressistas forem capazes de levantar estas reivindicações em toda parte, se os trabalhadores tomarem em suas mãos a luta para tornar realidade estes objetivos, estaremos todos forjando o poderoso movimento democrático e popular apto a livrar o Brasil dos males que o atormentam. 1986 é ano de eleições, de grande batalha em torno da Constituinte. Mas a campanha eleitoral deve ajudar a construir o movimento popular que, por cima dos partidos, unifique o povo e conduza a uma vitória de maior envergadura.



Haroldo Lima, abrindo a reunião, lembrou a luta do partido pelo direito à legalidade

considerando-a uma iniciativa de cúpula e sem programa definido.

HOMENAGEM ÀS MULHERES

Na tarde de 8 de março, Dia Internacional da Mulher, a reunião reservou parte de sua sessão de encerramento para

uma emocionante homenagem às mulheres brasileiras. Maria Jô Moraes, em nome das comunistas, frisou os notáveis êxitos que as propostas do partido para o movimento das mulheres vêm obtendo e a responsabilidade do coletivo partidário como um todo, homens e mulheres, para ajudar a dar impulso a esta frente.

Outro momento tocante foi quando uma comissão de metalúrgico do Estaleiro Emaq, do Rio de Janeiro, que estava em Brasília encaminhando suas reivindicações, recebeu a solidariedade da reunião. Os operários cantaram um samba sobre suas lutas e vários deles ingressaram no PC do B.

As mudanças na lei salarial

O reajuste salarial na data-base será obrigatório até 60% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ficando os 40% restantes para serem negociados. Esta medida foi incluída pelo governo no seu novo decreto econômico (n.º 2.284), que introduz alterações no anterior. É uma concessão ao trabalhador, mas não alivia muito sua situação.

O decreto anterior (n.º 2.283), embora tratasse da data-base, deixava a questão do reajuste das perdas decorrentes da inflação em branco. Dispunha apenas que os salários seriam corrigidos quando o IPC atingisse 20%. Os patrões poderiam, conseqüentemente, ignorar as perdas acumuladas até a data-base e manter a remuneração do trabalhador no nível nominal anterior, consagrando a rebaixa no poder real de compra até o nível pela escala móvel.

NOVAS PERDAS

Por isto, a alteração é positiva. Mas insuficiente, mesmo para a recomposição total do valor real dos salários no nível do congelamento (em março), já que os 40% "restantes" terão que ser negociados, ficando na dependência do maior ou menor poder de fogo das categorias no momento do acordo coletivo.

Fica evidente, também, que o governo trabalha com a hipótese de que a inflação não cessará e continuará acarretando achatamento dos salários. Isto significa que o poder de compra médio dos trabalhadores será, em realidade, inferior ao que é possibilitado pelos valores atuais dos salários.

Por outro lado, os capitalistas passaram a reivindicar o "direito" de repassar aos preços os custos decorrentes do reajuste de 60% do IPC obrigatório na data-base, o que resultaria no agravamento da inflação. O presidente Sarney garantiu que isto não será permitido; resta ver se o governo terá capacidade de impedir os repasses.

BASES DESFAVORÁVEIS

Até o momento, não ocorreram modificações nos outros critérios utilizados para reajustar os salários e o novo decreto mantém a proibição de aumentos "a título de reposição". Desta forma, o conteúdo deste capítulo do pacote econômico continua bastante desfavorável ao trabalhador.



O trabalhador que recebe salário mínimo mal terá o suficiente para comer

Já foi acentuado que a correção dos salários com base no valor médio real dos últimos seis meses significa arrocho salarial. Neste período, a inflação esteve numa espiral ascendente sem paralelo na história do país. Em conseqüência, a remuneração dos trabalhadores encontrava-se em seu nível médio real mais baixo.

O salário mínimo, por exemplo, fixado em Cz\$ 804,00, é o menor dos últimos 30 anos conforme cálculo do Dieese. O valor atual (de tabela) da cesta básica de alimentos para um trabalhador é de Cz\$ 591,35 (cerca de 74% do mínimo). As contas do trabalhador não se limitam, contudo, ao consumo de uma cesta básica, mas incluem a alimentação de uma família, acrescida de despesas com vestuário, transporte, educação etc.

Além disto, os preços dos gêneros de primeira necessidade subiram assustadoramente nos últimos três meses devido, principalmente, aos problemas da seca e à especulação. Apenas alguns tabelados (como leite, trigo e pão) foram congelados no nível médio ou abaixo; a maioria (feijão, arroz, café etc.), está com preços superiores à média dos últimos seis meses (veja a tabela). Isto significa que nem a média do poder de compra dos assalariados foi preservada.

Preços médios e preços de tabela de cinco produtos de consumo popular. Para a conversão, foi utilizado o mesmo critério aplicado aos salários. Os preços utilizados estão de acordo com o levantamento realizado pelo jornal "Folha de São Paulo" às segundas-feiras, no último semestre antes do pacote.

	Preços médios	Preços da tabela
Arroz agulhinha tipo 2	Cz\$ 5,38	Cz\$ 6,60
Feijão cariquinho (1 Kg)	Cz\$ 7,12	Cz\$ 9,60
Café (500 g)	Cz\$ 41,36	Cz\$ 49,40
Leite especial	Cz\$ 3,04	Cz\$ 2,58
Pão francês (50 g)	Cz\$ 0,38	Cz\$ 0,38

O governo não disse ainda o que pretende fazer com a inflação registrada na última metade de fevereiro. Como o IPCA era calculado com base na flutuação de preços ocorrida entre os dias 15 de um mês a 15 do mês seguinte, a partir do dia 15 de fevereiro até o congelamento (no dia 28), as altas de fato verificadas não foram consideradas para efeito do cálculo do reajuste salarial.

Com o decreto, veio a modificação do índice, que agora passa a denominar-se IPC. É o IPC que servirá de base para os novos reajustes daqui para frente. Os técnicos do governo asseguram que o resíduo inflacionário de fevereiro (as altas ocorridas desde o dia 15) não

será computado pelo novo índice, que só registrará as alterações que se derem a partir de 1.º de março. Se fosse mantido o reajuste pelo IPCA, em março haveria uma oscilação entre 8% a 9,5%, diferença que pode ser simplesmente ignorada para efeito da escala móvel.

Tudo isto mostra que os novos salários incorporaram grandes perdas tanto do ponto de vista histórico (decorrentes da inflação e de outras formas de arrocho usadas no período do regime militar) quanto em razão dos critérios utilizados pelo governo ao reajustá-lo em março. Congela-se, por assim dizer, uma situação de arrocho, com a qual, evidentemente, os trabalhadores não vão concordar.

Os produtores de leite de São Paulo e Minas Gerais também ameaçam estourar o produto até que a "defasagem entre custos de produção e a venda a varejo seja resolvida, principalmente no leite tipo C", segundo o presidente da Associação dos Distribuidores de Leite de São Paulo.

MAKSOUND RECLAMA

Um dos empresários mais indignados com o pacote foi o hotelheiro Roberto Maksoud, retido por algumas horas por crime contra a economia popular e liberado com uma fiança de apenas Cz\$ 20,00. Ele se considerou "o primeiro preso político da Nova República". A revista Visão, de propriedade do grupo, publicou matérias considerando o congelamento dos preços um ato fascista, de "terrorismo econômico", defendendo os empresários, que, segundo a matéria, "são tratados como os subversivos de ontem". Nenhum preso político da ditadura pôde sair com fiança correspondente aos Cz\$ 20,00. E o tratamento dispensado era bem diferente. Roberto Maksoud não teve sequer a roupa amarfanhada. E foi tratado como personalidade na delegacia.

Diante da ameaça de colapso no abastecimento o governo afirma que intervirá com seus estoques reguladores e com importações dos produtos em falta no mercado. Vale lembrar que o estoque de carne só dá para dois meses. E a importação tem limites para não provocar inclusive novo aumento de preços. O importante é punir os açambarcadores e conseguir que a circulação de mercadorias volte ao normal. Enquanto os crimes contra a economia popular foram financiáveis, a possibilidade de remarcação é maior. (Olívia Rangel)

A posição do PC do B sobre o pacote econômico

A Direção Nacional do PC do Brasil, reunida em Brasília na semana passada, avaliou o recente pacote econômico do governo e emitiu uma nota com a posição dos comunistas. Publicamos a nota na íntegra:

"O recente pacote econômico adotado pelo governo, com o objetivo de combater a inflação, tem diversos aspectos positivos que precisam ser ressaltados. O Partido Comunista do Brasil considera que a luta contra a especulação financeira, através do fim da correção monetária, o congelamento dos preços, a adoção do salário-desemprego e da escala móvel de salários, antigas reivindicações da classe operária e dos demais trabalhadores, constituem decisões justas e acertadas.

"O PC do Brasil e as forças populares e democráticas apoiam esses aspectos porque vêm ao encontro dos anseios do povo e representam uma forma de romper com o círculo vicioso da especulação financeira.

"No entanto, o pacote apresenta, ao mesmo tempo, aspectos negativos que precisam ser duramente criticados e contestados. A forma utilizada para congelar os salários, através da média salarial dos últimos seis meses, enquanto os preços foram congelados no seu pico, é inaceitável. Isso representa, na prática, um achatamento salarial, prejudicial à classe operária e aos demais trabalhadores.

"O pacote econômico do governo apresenta, ainda, graves omissões. Não estabelece, por exemplo, o congelamento dos juros internos, cobrados pelo sistema financeiro, deixando de coibir a exagerada remuneração do capital, exatamente quem mais se beneficia da política econômica herdada do regime militar. Como se isso não bastasse, o pacote não toma nenhuma medida com relação aos juros da dívida externa, o principal problema enfrentado pelo país. Sem uma medida patriótica e corajosa de combate à dívida externa, dificilmente teremos condições de superar os graves problemas econômicos e sociais que afligem nosso povo.

"Diante desses fatos, o Partido Comunista do Brasil considera que especialmente o controle de preços foi o que despertou maior entusiasmo popular e deve ser apoiado. Nesse sentido, orienta o conjunto de seus filiados para que se empenhem na organização

de comitês populares de fiscalização para exercer uma dura e permanente vigilância sobre os preços cobrados e exigir a punição dos especuladores. Sugere também às Câmaras Municipais para que tomem medidas equivalentes, criando as condições necessárias para que o povo se transforme no principal fiscal do controle de preços.

"No início, as autoridades governamentais falavam que aqueles que remarcassem os preços seriam punidos e, em caso de reincidência, presos. A prática, no entanto, tem sido outra. Das ameaças de prisão, passou-se apenas às ameaças de multas irrisórias diante do poderio de grupos econômicos denunciados como especuladores. O povo tem reiterado as denúncias de que as remarcações continuam e se o governo não usar de toda a energia para coibir tais abusos, o projeto econômico poderá fracassar. O rigor na punição aos especuladores é peça chave para o sucesso das medidas. As forças populares e democráticas precisam estar vigilantes para cobrar severas punições a aqueles que contrariam o congelamento dos preços.

"Ao mesmo tempo em que o Partido Comunista do Brasil apoiará a luta pelo congelamento e exigirá energia do governo nessa batalha, continuará postulando medidas de fundo contra a inflação, especialmente a suspensão do pagamento da dívida externa. Sem a adoção dessas medidas, o combate anti-inflacionário, agora deflagrado, terá uma vida muito limitada.

"Na luta por modificações no conteúdo do pacote econômico, o Partido Comunista do Brasil leva em conta que as medidas foram tomadas através do instrumento do decreto-lei, que já deveria ter sido definitivamente abolido da vida brasileira. O Partido Comunista do Brasil defenderá a necessidade urgente do Executivo promover algumas alterações substanciais no pacote, notadamente no que diz respeito à diminuição do teto fixado para a escala móvel dos salários, à ampliação do seguro-desemprego, ao tabelamento dos juros internos e, principalmente, à reposição do nível salarial."

Inimigos da economia popular

Embora a mobilização popular tenha crescido e boa parte dos cidadãos se comporte como fiscal da nova política econômica do governo, o congelamento dos preços vêm enfrentando séria resistência por parte dos comerciantes, intermediários, empresários e banqueiros.

Todas as grandes indústrias de móveis suspenderam totalmente as entregas aos magazines, segundo informação do presidente da Associação de

Fabricantes de Móveis do Brasil, Lourenço Darcy Castellan. Para ele, isso ocorre porque os fornecedores de matérias-primas se recusaram a entregar as mercadorias contratadas antes do pacote com a tabela de conversão cruzeiro/cruzado do dia.

FALTA ALIMENTO

A situação é mais grave no que se refere aos gêneros de primeira necessidade. Já falta carne em diversos pontos do país, como São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, porque os grandes frigoríficos não aceitam vender a carne com preço congelado para os açougues. O diretor financeiro da Cooperativa Agrícola de Cotia, Américo Utsumi,

declarou que poderá haver falta de hortifrutigranjeiros porque o congelamento dos preços "causará prejuízo ao produtor".

Grandes magazines também continuam desafiando as determinações do governo quanto ao tabelamento de preços. É o caso das Lojas Americanas, por exemplo, que tiveram suas lojas fechadas em Fortaleza e Manaus por crime contra a economia popular. O grupo Paes Mendonça também teve diversas lojas de sua rede fechadas, principalmente em Salvador, onde o supermercado, chamado, Hiper Unimar, um dos cinco maiores supermercados da América Latina, tentou remarcar os preços e acabou fechado pelo prefeito de Camaçari, Luis Caetano.



Foto: Paulo César Rodrigues

Henri Maksoud (acima) não gostou de ver o sobrinho preso; o prefeito de Camaçari fechou o supermercado

Comunistas promovem fórum de debates sobre a assembléia constituinte

Como pode o povo participar da Constituinte? Qual o alcance de uma Constituição num Estado burguês? Como a classe operária pode fazer valer seus interesses na elaboração da Carta Magna? Estas são algumas das questões que estão sendo abordadas no fórum de debate "O Movimento Popular e a Constituinte", que o Partido Comunista do Brasil está promovendo, com o apoio do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (CEPS), na Assembléia Legislativa de São Paulo.

João Amazonas, presidente do PC do B; Crodovaldo Pavan, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Agenor Silva Jr., presidente do CEPS; a professora Lilian Martins, candidata à Constituinte pelo PC do B-SP; o professor Clóvis Moura; e o professor Rogério Cerqueira Leite são alguns dos palestristas que já trataram temas como "Os comunistas e a Constituinte", "Capital estrangeiro e soberania nacional", "Liberdades políticas e direitos civis", "Propriedade - limites e direitos".

"Eu acho que a história do Brasil é uma história de luta de seu povo para conseguir a

Movimento Popular e a Constituinte

FORUM DE DEBATES

- 06-03 CAPITAL ESTRANGEIRO E SOBERANIA NACIONAL
- 07-03 TRABALHO E ESTRUTURA SINDICAL
- 12-03 LIBERDADES POLÍTICAS E DIREITOS CIVIS
- 13-03 REGIME VOLTADO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO
- 14-03 PROPRIEDADE - LIMITES E DIREITOS

SEMINÁRIOS

- 06-04 PARTICIPAÇÃO E DIREITOS DA MULHER
- 13-04 PARTICIPAÇÃO E DIREITOS DA JUVENTUDE
- 27-04 PARTICIPAÇÃO E DIREITOS DOS NEGROS
- 04-05 MOVIMENTO POPULAR DOS SÍNDICOS
- 11-05 LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL
- 18-05 ENCAMBAMENTO 10:00 H

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS CONSOLIDADAS

cidadania, seus direitos de cidadãos. Desde quando nós fomos descobertos, a população brasileira indígena perdeu a cidadania. Os colonizadores entraram no território brasileiro e praticamente destruíram a população indígena", afirmou o historiador Clóvis Moura em sua palestra. Já o professor Crodovaldo Pavan denunciou que "infelizmente mais de 50% da chamada 'ciência e desenvolvimento' é indústria bélica"! O seminário prossegue nos dias 6, 13, 27 de abril discutindo participação e direitos da mulher, da juventude, e liberdade e autonomia sindical, sempre na Assembléia Legislativa, das 9 horas.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O pensamento congelado do PT

Logo ao ser anunciado o último pacote econômico, a CUT apressadamente convocou uma greve geral "contra o arrocho salarial". As massas deixaram os líderes petistas falando sozinhos e, com espírito prático, lançaram-se às ruas numa imensa mobilização para impedir a remarcação dos preços das mercadorias. No momento seguinte, também na contra-mão, a CUT declarou que não participaria da fiscalização dos preços "porque isto é tarefa do governo". No último fim de semana, em desespero, os sindicalistas desta entidade decidiram, numa reunião nacional, que vão partir para a fiscalização dos preços, tomando a dianteira da "massa desorganizada"!!!

DESPREZO PELO POVO

Maior do que a miopia desta gente só mesmo a sua falta de modestia. O trem já partiu há muito tempo sem que o PT percebesse. Mas quando sua direção acorda, se nomeia logo direção da "massa desorganizada". Se correr bastante talvez ainda possa embarcar no último vagão.

Mas tanta trapalhada tem sua razão de ser. Os intelectuais petistas em suas confortáveis salas com ar condicionado traçam sua tática segundo esquemas rígidos - congelados. Analisam o pacote abstratamente e dedicam-se unicamente a abordar suas conseqüências do ponto de vista geral. Não percebem os detalhes, aparentemente pequenos, que agarrados pelas massas podem se tornar poderosas avançadas.

DUAS LINHAS

Enquanto os teóricos trotskistas e social-democratas faziam suas "considerações de alto nível", o povo encontrou no pacote uma brecha para empurrar a luta contra a exploração. Fez do congelamento dos preços um arriete para intervir na conjuntura nacional e para atacar a fortaleza do capital. Com isto impulsionou um novo movimento de massas de caráter unitário, com capacidade para se transformar em desaguadouro da imensa insatisfação dos trabalhadores. E criou a oportunidade das multidões fazerem a sua experiência, em um nível mais elevado, na luta econômica e política.

É nestas ocasiões que se diferenciam as posições reformistas das posições revolucionárias. Os reformistas pretendem mudar o sistema capitalista no dia a dia. Sonham em fazer, nos marcos do capitalismo, uma gestão de acordo com os interesses dos trabalhadores. A tática do PT, apesar de seu radicalismo verbal, segue também esta idéia reformista. Quer um pacote "bonzinho". E como o que saiu não satisfazia sua imaginação, gritou logo pela greve geral.

A tática revolucionária tem outra base. Cuida de ajudar as massas a se organizarem e elevarem seu nível de consciência. E de encontrar em cada momento formas de mobilizar os trabalhadores para as "grandes tarefas".

TÁTICA HÁBIL

Exemplo desta tática é a linha aprovada pela reunião do PC do B em Brasília em relação ao pacote. Resumidamente: 1) Considera que o congelamento dos preços foi o que despertou o entusiasmo popular, deve ser apoiado e devem ser estimulados os comitês populares de fiscalização; 2) É possível e positivo mobilizar o povo, para exigir alterações em pontos substanciais do pacote, no que diz respeito à reposição salarial, diminuição do teto para a escala móvel, ampliação do seguro-desemprego, tabelamento dos juros internos; 3) Enquanto se luta pelo congelamento e por estas mudanças, continuar postulando medidas de fundo contra a inflação, especialmente a suspensão do pagamento da dívida externa. Ou seja, ao agir no imediato, orientar-se pelas grandes transformações.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

PT com Maluf

O "combativo" líder petista, José de Fátima, presidente do STR de Guariba e vice-presidente da CUT (interior 2) de São Paulo, aderiu à candidatura de Paulo Maluf e ainda arrastou uns 200 outros militantes de sua corrente para o ato de confraternização.

Há tempos já se havia denunciado que a sede do Sindicato de Guariba localizava-se em dependências do sindicato patronal e que José de Fátima recebia ajuda financeira de Maluf para a construção da nova sede. Mas a CUT e o PT defendiam a "combatividade" de seu dirigente.

Não se trata de uma virada pessoal apenas. A política petista, ao tentar desmoralizar as conquistas democráticas, ao pregar diretas em 86 e Constituinte já, aproximava-se objetivamente das posições da direita. Na campanha para as eleições municipais do ano passado, a pregação do PT igualmente serviu ao jogo de Jânio, Maluf & Cia. Lula chegou a dizer que não entendia porque se concentrava tanto o fogo sobre Maluf, que ele não era tão mau como se pintava. Isto tudo é que permitiu a José de Fátima aderir a Maluf e levar consigo tantos ativistas de Guariba. Os elementos honestos do PT, interessados de fato em participar de uma organização em defesa dos trabalhadores, deviam refletir sobre isto.

A "nova" plataforma política do velho revisionismo russo

O principal assunto discutido pelo 27.º Congresso do partido revisionista soviético foi o projeto de nova redação do seu programa. Nele se define a linha a ser seguida daqui para frente no processo de restauração capitalista na URSS. O estudo deste documento permite conhecer melhor os mecanismos pelos quais os atuais dirigentes do PCUS prosseguem no caminho da destruição do primeiro Estado operário.

Logo na introdução, é apresentado o caráter do projeto: "O terceiro programa do PCUS, em sua presente redação, é o programa do aperfeiçoamento planejado e multifacético do socialismo, do avanço progressivo da sociedade soviética até o comunismo à base da aceleração do desenvolvimento sócio-econômico do país. É o programa da luta pela paz e pelo progresso social".

Toda a análise dos dirigentes sociéticos se baseia na caracterização da URSS como um país de "socialismo desenvolvido". Basicamente, isto significa um país onde as diferenças de classe estão no fundamental superadas e onde, portanto, o avanço para a sociedade comunista se daria paulatinamente, através do "desenvolvimento das forças produtivas". O programa chega a afirmar em sua primeira parte, que "o socialismo em nosso país triunfou total e definitivamente", ou ainda que que "no país se conformou um complexo econômico único".

As afirmações citadas são negadas pelos fatos, mesmo aqueles divulgados pelos próprios homens do Kremlin. Basta lembrar a persistência de um setor privado na agricultura, além das diferenças apontadas mais adiante, no próprio programa, entre a propriedade estatal e a kolhoziana (coletiva) no campo. Há, ainda, a infinidade de privilégios que separam o operário comum do dirigente de empresa, do Estado ou do partido, objeto de áspera discussão no Congresso.

Na agricultura, estímulos ao setor privado

O rumo das medidas adotadas pelo PCUS, neste terreno, esclarecem de vez a questão. Em nome de melhorar o abastecimento e atender à demanda de gêneros alimentícios, o documento de diretrizes econômicas aponta como solução o maior incentivo aos produtores individuais. Assim, serão firmados contratos entre o Estado e famílias camponesas, pelos quais estas terão por um período determinado a posse de terras, ferramentas, máquinas, enfim, meios de produção. Neste período, terão que entregar ao Estado, a preços fixos, uma certa quantidade; o que produzirem além dela poderão comercializar a preços livres no mercado.

Apesar de afirmar o contrário, o que fazem os revisionistas com este tipo de medida nada mais é que o fortalecimento da propriedade privada dos meios de produção. Entra em contradição com a teoria do "socialismo desenvolvido" e, mais ainda, com o objetivo alegado de "passar ao comunismo".

Também para as demais áreas da economia as diretrizes são semelhantes. Dentro da teoria do "desenvolvimento das forças produtivas", é destacada como principal tarefa da economia soviética para o próximo período a de alcançar até o ano 2000 a duplicação do potencial industrial do país.

A estratégia econômica



Gorbachov tenta afirmar que seus mísseis são a favor da paz

defendida pelos revisionistas sentetiza-se nesta passagem do documento: "A missão histórica do socialismo é por a serviço da edificação comunista os avanços da ciência progressista, a técnica mais perfeita e potente e, deste modo, assentar uma base material sólida para realizar os objetivos programáticos fundamentais do PCUS: a rápida elevação do bem estar do povo, o desenvolvimento do indivíduo em todos os aspectos e o fortalecimento do poderio econômico e defensivo de nossa pátria".

Apresentando desta maneira, parece uma formulação marxista-leninista, nada mais justo que criar as condições necessárias para o incremento cada vez mais rápido da produção e o atendimento cada vez melhor das necessidades sociais. O problema é que esta proclamação vem acompanhada de decisões que a contradizem, pelo menos enquanto rumo para o aperfeiçoamento do socialismo.

Modernização: quem ganha são os tecnocratas

Uma das pedras de toque da política econômica do grupo de Gorbachov, que marcou sua subida ao poder na realização deste congresso (ver TO 256), é a concessão de maior autonomia aos dirigentes de empresas. O projeto de programa destaca "medidas destinadas a elevar o papel do escalão produtivo fundamental - das uniões e empresas - seguirá firmemente a linha da ampliação de seus direitos e autonomia econômica e do aumento da responsabilidade e do interesse em alcançar elevados resultados finais". Assim, os dirigentes do PCUS pretendem estimular os dirigentes de empresa a que busquem a maior rentabilidade individual de suas empresas.

Em primeiro lugar esta linha entra em choque com a experiência histórica da construção do socialismo,

que tem como um de seus pilares o planejamento centralizado, a gestão de toda a economia do país como se se tratasse de uma única fábrica. Assim o essencial são os resultados globais, não os de cada empresa isoladamente.

Em segundo lugar, a política de autonomia para as empresas põe em xeque a formulação anterior de "colocar a serviço do comunismo" o avanço tecnológico. Se isto é correto em tese, é preciso ver que na URSS este incremento tecnológico se dá nos marcos da concessão de maiores poderes aos diretores de empresa. Neste mesmo capítulo, o programa do PCUS afirma que "se ampliará o comércio direto, o papel dos vínculos diretos entre as empresas receptoras e os fabricantes de meios de produção". Assim, é a estes dirigentes que servirá a meta anunciada de triplicar o número de robôs e completar a automação do setor industrial. Aos trabalhadores, ficará a tarefa de produzir mais, melhor e torcer para não perder o emprego para as máquinas.

O mercado dita as regras para a economia

Em ligação com esta política adotada para a agricultura e a indústria, emerge uma questão maior, ligada às leis econômicas do desenvolvimento socialista. Trata-se do papel e dos limites das forças de mercado. Stálin, em seu Problemas Econômicos do Socialismo, defendia a necessidade de os comunistas lutarem para reduzir cada vez mais a influência das forças de mercado na sociedade e na economia socialistas.

A linha adotada pelos seguidores de Gorbachov - e justiça seja feita, também por seus antecessores - aponta no rumo exatamente contrário. Em toda a argumentação desenvolvida ao longo do documento apre-

sentado ao Congresso ressalta-se sempre a necessidade de melhorar a qualidade dos produtos, de atender melhor à demanda dos consumidores, abastecer melhor o mercado. Chega-se a afirmar que "a produção soviética deve (...) corresponder às mais altas demandas técnico-econômicas, estéticas e outras de consumo, a ser competitiva no mercado mundial".

Assim, abre-se espaço inclusive para distorções na definição dos setores chave da economia, onde devem ser concentrados os investimentos. Apesar de afirmar que a indústria pesada e a de componentes eletrônicos seriam os ramos vitais da economia soviética, mais adiante o programa sustenta que "uma tarefa de importância primordial é a plena satisfação da demanda crescente da população de mercadorias variadas e de alta qualidade, de amplo consumo: produtos alimentícios, roupas e calçados bons e elegantes, móveis, artigos culturais, eletrodomésticos e utensílios domésticos".

Isoladamente, as coisas têm um sentido: aumentar a produção e a produtividade do trabalho; dar maior autonomia às empresas, a fim de que apresentem melhores resultados; atender melhor às necessidades de consumo da população. Analisadas no seu conjunto, a face que se mostra é outra: a economia se volta para satisfazer o mercado, interno e externo; o objetivo da produção, subordinada ao mercado, é o lucro da empresa; o beneficiário deste processo é o diretor de empresa ou, no campo, a família de agricultores que receber em contrato a posse de terras e máquinas.

Insistência na tese surrada da "via pacífica"

A verdade nua e crua é que, desbaratando o vocabulário marxista de "novo" programa do PCUS, resulta ser uma balsa-

segura não para o avanço e direção ao comunismo, mas para continuar a marcha-à-ré da restauração capitalista na URSS. Não por outra razão, ele reafirma antigas teses lançadas por Kruchov, especialmente ao tratar da situação internacional.

Depois de ressaltar que "o problema mais agudo colocado agora ante à humanidade é o da guerra e da paz", os revisionistas reeditam a linha da coexistência pacífica à moda kruschovista. "O PCUS", afirmam, "parte da idéia de que pode e deve se decidir pela via pacífica o litígio histórico entre os dois sistemas sociais opostos em que está dividido o mundo contemporâneo". Em outro trecho: "A experiência da URSS e demais países socialistas demonstra convincentemente as indistintíveis vantagens da nova sociedade como pedal do desenvolvimento humano, que supera o capitalismo e dá resposta a problemas que o sistema burguês não está em condições de resolver".

Assim, a luta entre o socialismo e o capitalismo se decidiria por meio de uma competição pacífica. O movimento comunista traria exclusivamente da paz, sem colocar em questão a derrocada da burguesia. Esta paz, resultado da "colaboração" entre a União Soviética e Estados Unidos, coloca os povos a reboque de uma política hegemônica, de superpotência, ao invés d'apontar o caminho de sua emancipação nacional e social. Enquanto isto, em desacordo com as palavras de paz, prossegue a frenética produção de mísseis numa corrida armamentista sem precedentes.

Muito se falou a respeito do 27.º Congresso do PCUS, em geral procurando enaltecer as "modernizações" empreendidas por Gorbachov. Para além da propaganda, porém, é possível divisar que, se houve mudanças, foi no sentido de afastar ainda mais o antigo país dos soviets do socialismo, verdadeiro

Contag decide participar com força da fundação da CGT

RUMO À
CGT

Vice-presidente da CUT apóia Maluf

A central petista acaba de receber um duro golpe, que joga por terra sua propalada imagem de "combativa". O vice-presidente da CUT em São Paulo, José de Fátima Soares, que também é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, anunciou na quarta-feira, dia 12, que apoiará o candidato trombadinha Paulo Maluf ao governo do Estado.

José de Fátima era a principal vedete da CUT para o trabalho sindical no campo paulista, sendo eleito seu vice-presidente regional num encontro estadual realizado no ano passado. Isto apesar de já serem evidentes suas manifestações de puro oportunismo.

Ele ganhou destaque como líder das recentes greves dos bóias-frias e ultimamente vinha fazendo campanha aberta como candidato a deputado constituinte pelo PT - partido ao qual é filiado. Devido à sua visão carreirista, o sindicato foi partidário e perdeu muito de seu prestígio nas bases. Na última eleição sindical, em 20 de dezembro do ano passado, apenas 42 sindicalizados votaram, dos 2.767 trabalhadores que estavam em condições de voto. O sindicato vivia esvaziado.

Suas recentes declarações não causaram surpresa, a não ser para os cutistas que oportunisticamente o endeusavam. Há muito tempo eram notórias suas ligações com Maluf e com os próprios usineiros da região. No ano passado, o deputado do PDS já havia dado Cr\$ 3 milhões para construção da nova sede do STR de Guariba. Antes o sindicato funcionava numa sala cedida gratuitamente pelos usineiros, que ficava nos fundos da própria sede do sindicato patronal.

A partir de agora a CUT, que tanto fala de sua "combatividade", terá de explicar o apoio de seu vice-presidente a um agente da reação!



Dirigentes da Conclat organizam o congresso

Conclat ultima os preparativos

Na semana passada, a coordenação nacional da Conclat se reuniu por dois dias para avaliar os últimos preparativos do congresso de fundação da CGT e discutir as consequências do pacote econômico do governo. No final do encontro era visível o otimismo dos dirigentes sindicais. Segundo um levantamento parcial, a Conclat estima que mais de 5.400 delegados estarão presentes no congresso de março.

BALANÇO POSITIVO

Conforme o balanço realizado, vários Estados participarão com bancadas superiores ao do Conclat de agosto de 1983. É o caso do Amazonas, que espera levar mais de 200 delegados à Praia Grande, representando cerca de 70 entidades sindicais - em 83 apenas seis entidades estiveram representadas. Outro Estado que deverá ter participação destacada é o do Pará, que recentemente realizou um encontro estadual de trabalhadores bastante representativo. Os dirigentes sindicais paraenses estimam que trarão mais de 200 delegados credenciados.

Para dinamizar ainda mais o processo de preparação do congresso, a Conclat resolveu incentivar nessa reta final a realização de plenárias sindicais, visitas ao interior e contato com as lideranças que ainda não tomaram posição sobre a divisão do sindicalismo brasileiro. Em vários Estados serão feitas reuniões e plenárias ainda neste final de semana. Novo balanço nacional será feito pela coordenação da Conclat na próxima semana, em São Paulo.

A coordenação da Conclat também avaliou nessa região as condições de infraestrutura do congresso de Praia Grande. Os organizadores pretendem oferecer as melhores condições de alojamento e alimentação para as delegações de todo o país, facilitando o bom encaminhamento do evento. Segundo um assessor da intersindical, já estão garantidas 3.050 vagas nos apartamentos das Colônias de Férias e mais 1.750 nos hotéis da região.

FISCALIZAR OS PREÇOS

Com relação ao pacote econômico do governo, a Conclat decidiu implementar a formação em todo o país das "brigadas de controle de congelamento de preços". De acordo com a avaliação, estas brigadas devem ser formadas por categorias para serem eficazes. Um exemplo bem sucedido é o do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo, que inclusive confeccionou cartazes dos "fiscais do congelamento". A Conclat também definiu que distribuirá milhares de tabelas dos preços tabelados.

Na avaliação da Conclat, o pacote atende algumas antigas reivindicações dos trabalhadores, como o congelamento, a escala móvel de salário e seguro desemprego. Mas traz aspectos negativos, no tocante aos salários, que devem ser combatidos pelo movimento.

Nos últimos dias 6 e 7, em Brasília, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) reuniu seu Conselho de Representantes para discutir a situação sindical e o Conclat de março. Após aprofundados debates, o Conselho, formado pelas 22 federações estaduais, decidiu participar do congresso, apoiar a fundação da CGT e, inclusive, aceitar o ingresso na direção nacional da nova central de trabalhadores. A respeitada entidade também fez questão de ressaltar que não abandonou a luta pela reunificação do sindicalismo brasileiro e decidiu fazer um apelo à central petista nesse sentido.

Para entender melhor a postura adotada pela Contag, que terá grande repercussão nacional, a Tribuna Operária entrevistou Roberto Toshio Horiguti, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo, vice-presidente da Contag e dirigente da Conclat no Estado.

TO: Qual a importância dessa resolução da Contag?

Horiguti: Acredito que o conselho acertou em cheio ao tomar essa decisão. Ela reflete o anseio dos trabalhadores rurais de construir uma central sindical forte, representativa que esteja à frente de todos os seus combates. Os trabalhadores desejam e necessitam de uma entidade que unifique e coordene suas grandes lutas a nível nacional.

TO: Mas como o sindicalismo rural avalia a postura



Horiguti: "necessitamos de uma central forte"

OPINIÃO

Importante decisão

A decisão da Contag de participar do congresso de fundação da CGT, nos dias 21, 22 e 23 de março, reveste-se de grande significado. O grosso do sindicalismo brasileiro, inclusive alguns poucos setores menos setoriais da própria CUT, reconhece que essa confederação de trabalhadores é a mais ativa e bem estruturada do país, possuindo um imenso prestígio nas bases sindicais. Todos concordam que ela joga um papel altamente positivo no cenário político e sindical nacional.

Nesse sentido, a resolução do seu Conselho representa um enorme reforço à construção de uma CGT ampla, democrática, unitária e de luta. E terá repercussões no quadro de correlação de forças intersindicais, tornando a nova central um



Conforme resolução do 4º Congresso, a Contag manterá a luta pela unidade sindical

da Conclat? Ela servirá como instrumento para construir uma central forte?

Horiguti: Vamos ser francos. A Conclat apresentou inúmeras debilidades no seu curto tempo de vida. Em parte isso se deve ao fato dela não ser uma central sindical estruturada, mas sim uma simples articulação - conforme definiu o congresso de 1983. Devido a isso, ela ficou sem poderes de agir como comando das lutas trabalhistas, ficou meio imobilizada.

Além disso, a Conclat reflete a situação real do sindicalismo brasileiro no momento atual. Isto é positivo, é correto, mas também representa certas dificuldades. Não podemos nos

esquecer que durante os 21 anos de governos militares as lutas sindicais foram castradas. Ainda temos alguns companheiros que encontram dificuldades para atualizar sua prática sindical. Ficam no imobilismo, no assistencialismo. Não entenderam o novo dinamismo das lutas dos trabalhadores e o próprio processo de democratização do país, que abre espaço para avanços. Eles andam muito devagar, são limitados. Vale acrescentar também que alguns sindicalistas mais atuantes, ao invés de contribuírem para impulsionar a Conclat, ficaram no silêncio, abriram espaço para os setores mais atrasados.

Agora, com a fundação da CGT, acredito que a história será outra. Ela só vai se firmar se for dinâmica, atuante.

"A CGT deve estar onde houver lutas dos trabalhadores"

TO: E como a CGT deverá superar essas debilidades?

Horiguti: Não tenho uma receita pronta. Entendo, no entanto, que ela deve ter algumas características para se viabilizar. Ela deve se esforçar por representar o conjunto dos trabalhadores, estando presente efetivamente onde houver lutas dos assalariados. Ou seja: deve ser um órgão de combate, atuante. Além disso, ela deve se pautar pelo critério sindical e não partidário. No seu interior todo mundo deve ter espaço para se expressar e todos devem respeitar as decisões soberanas.

O objetivo principal ao reconstruir a CGT é fortalecer o sindicalismo. Por isso, ela deve ser ampla. Não pode haver espaço para qualquer exclusivismo e para interesses pessoais mesquinhos.

TO: E como você vê a atuação da CUT?

Horiguti: Nós não coadunamos com a linha sindical da CUT. Essa é uma visão da maioria do sindicalismo rural brasileiro, que entende que esta central não é uma alternativa para os trabalhadores. Primeiro, porque ela não respeita o critério sindical, joga no paralelismo e na divisão. Na concepção da CUT, qualquer associação ou oposição tem poderes maiores do que os sindicatos. O que importa é que reze por sua cartilha.

Segundo, porque a CUT tem um vínculo muito estreito com um partido político. Não é exagero dizer que esta central é um simples órgão do PT, serve à sua política, às suas aspirações eleitorais. Isso é negativo, perigoso. Não sou contrário a que cada trabalhador ou sindicalista tenha sua opção partidária. Também acho que os partidos devem atuar

livremente nos sindicatos. O que discordamos é que o sindicato seja instrumento de um único partido. Isto porque entre os trabalhadores existem várias afinidades partidárias e querer transformar o sindicato num instrumento de um único partido divide a categoria, destrói o sindicato.

Além disso, a CUT tem adotado uma postura cômoda diante do quadro da transição democrática no país. Ela atua apenas como estilingue, esconde os avanços ocorridos com o fim dos governos militares e acaba jogando água no moinho da reação. Isto é um comportamento irresponsável, com fins meramente eleitoreiros. Veja o caso da greve geral. Essa é uma arma muito importante do trabalhador, deve ser usada com seriedade. A CUT já convocou várias greves gerais, mas nunca as realizou. Isso leva ao descrédito dessa importante forma de luta.

TO: E como é a atuação dos cutistas no sindicalismo rural do Estado?

Horiguti: A CUT no interior não tem a mínima influência. O que ela tem é muita barulheira, muita propaganda da imprensa, em cima da ação do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba. Ele é da direção da CUT e membro do PT. É apresentado como um dirigente combativo, mas o que se vê na região é outra coisa. A entidade, devido à partidização, atualmente não consegue arregimentar nem 50 companheiros para qualquer mobilização. Basta dizer que na última greve, no ano passado, a direção não teve nenhum resultado positivo (ver matéria ao lado).

"A maioria dos 168 STRs não concorda com a linha cutista"

A maioria dos 168 STRs do Estado não segue a linha cutista. Onde os membros da CUT atuam o que se nota é a partidização, a utilização com fins eleitorais. Eles também gostam de precipitar algumas greves com o objetivo de desgastar o sindicato local e a luta unitária coordenada pela Fetaesp. Mas quando os patrões endurecem, eles se retiram e deixam os trabalhadores na mão. Mesmo as oposições sindicais formadas pelos cutistas não têm como objetivo combater o peleguismo, dinamizar os sindicatos. Ao contrário, jogam no enfraquecimento dos sindicatos. Eles querem atingir o poder de qualquer forma, mas não têm obtido êxito.

TO: Como deve ser a atuação da CUT na luta pela reforma agrária?

Horiguti: A população inteira está convencida que o Plano Nacional de Refor-

ma Agrária do governo é acanhado. O que os trabalhadores querem mesmo é o fim do latifúndio. Entendemos que sem reforma agrária não teremos condições de consolidar a própria democracia no Brasil. Nesse sentido, defendemos que a CGT deve pressionar o governo a cumprir seu compromisso moral e político de distribuir as terras. Apesar das debilidades do PNRA, devemos exigir que ele seja aplicado imediatamente, sem vacilação ou negociações com os latifundiários. No processo de sua aplicação, acumularemos nossas forças e aperfeiçoaremos o PNRA.

"Contag quer ampla união pra conquistar a reforma agrária"

TO: Por último, por que a Contag demorou a se definir pelo apoio à fundação da CGT? Isso não dificultará a presença dos delegados do campo?

Horiguti: Não acho que a Contag se atrasou. Temos que levar em conta que o movimento sindical dos trabalhadores rurais está muito atribulado. Tivemos o 4º Congresso em maio e o encontro eleitoral em dezembro do ano passado. O próprio momento político tem exigido muito. Temos aí o PNRA que encontra resistências para ser aplicado, temos o aumento da violência no campo. Ultimamente a diretoria da Contag tem encontrado dificuldades inclusive de se reunir. Isto explica o por que não participamos tão ativamente da Conclat e da preparação do congresso.

Por outro lado, a divisão sindical é muito complexa. Ela tem consequências muito ruins no campo. Nossa confederação reúne o conjunto dos sindicatos rurais, tem um trabalho estruturado, elogiado pelos companheiros da cidade. Ela não pode tomar resoluções impensadas.

No entanto, agora que decidimos apoiar a fundação da CGT, vamos fazê-lo com peso, sem nenhuma vacilação. Acredito que a presença do sindicalismo rural no congresso será destacada, como foi nos encontros anteriores. Apesar de tomarmos essa decisão a apenas duas semanas do Conclat.

A Contag sempre defendeu a unidade. Sabemos que para conquistar a sonhada reforma agrária é preciso uma aliança muito ampla de forças. A Contag nunca se julgou suficientemente forte para conquistar esta e outras reivindicações sozinha. Entende que a união dos trabalhadores urbanos com os do campo é fundamental. É nesse sentido que vamos reforçar a CUT. Ela é um anseio dos trabalhadores e uma necessidade do momento.

III CONGRESSO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES



TEMA

O POVO E A CONSTITUINTE FORA O FMI!

LOCAL E DATA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
21, 22 e 23 de Março/86



III Conam discute o povo na Constituinte

"O Povo e a Constituinte". Este será o principal tema do III Congresso Nacional das Associações de Moradores (Conam), que ocorrerá nos próximos dias 21, 22 e 23 em Brasília. "Haverá também um grande debate em torno das últimas medidas econômicas do governo e, em particular, sobre a formação de brigadas populares para controlar o congelamento dos preços", conforme a tesoureira da Conam, Ana Maria Martins. Espera-se a participação de 7 mil delegados. "já com a certeza de que deu-se um grande avanço em relação ao Congresso anterior", disse Ana Maria Martins. "Os conselhos de representantes da entidade têm reunido de três em três meses e a diretoria tem atuado ativamente, em todos os sentidos, na defesa dos interesses populares", explicou.

CONGELAMENTO

A tesoureira da Conam frisou que já existe unidade "em torno de algumas questões básicas que discutiremos no Congresso. Quanto ao decreto do governo, por exemplo, apoiamos as medidas favoráveis ao povo, entre elas o congelamento dos preços, a adoção do salário-desemprego e o reajuste móvel".

- Com esta visão - acentuou - lutaremos para que o congelamento realmente se efetive, organizando brigadas populares para controlar a aplicação do decreto pelo comércio. Também vamos mobilizar e conscientizar o povo sobre todas as questões que dizem respeito ao decreto.

Ana Maria Martins ressaltou que "muitas das medidas tomadas pelo governo estão em completo descompasso com as exigências dos trabalhadores. É o caso dos salá-

rios, que foram reajustados pela média enquanto os preços foram congelados no pico. Nós não vamos aceitar isto".

Disse, ainda, que o povo já está sentindo as dificuldades para manter o congelamento. "Os pequenos comerciantes estão nos procurando para protestar contra a especulação dos empresários encarregados da distribuição de mercadorias, que estão exigindo preços muito acima da tabela. Por isto, os pequenos querem comprar diretamente do governo ou correm o risco de simplesmente irem à falência. Dois açougues no meu bairro deverão fechar em decorrência disto. Nós pretendemos organizar a população em torno desses problemas e preparar grandes manifestações a fim de resolvê-los".

Observou, ao mesmo tempo, que "sem tomar medidas mais energéticas o governo não terá sucesso na política de congelamento. É preciso, em primeiro lugar, suspender o pagamento da dívida externa e realizar a reforma agrária. Todos sabemos que sem pôr fim à sangria de recursos do Brasil para os países ricos, como forma de pagar os juros da dívida, os problemas econômicos só aumentarão".

Finalmente, Ana Maria Martins ressaltou que, na discussão sobre a Constituinte, "vamos analisar os meios de interferir na elaboração da nova Constituição. O povo não pode ficar de fora e é possível avaliar hoje que a composição da Assembléia Constituinte não vai ser muito favorável ao movimento popular. Por isto, é preciso buscar formas de participar e pressionar os parlamentares para que aprove uma Carta Magna democrática e progressista".

Acionado o Exército contra índios que foram a Brasília

Uma tropa da Polícia Militar diante do prédio do Ministério do Interior e 12 caminhões do Exército com 28 militares cada, 33 soldados da tropa de choque da Polícia Militar de Brasília e 22 cães amestrados. Este foi o aparato utilizado para receber cerca de 40 índios - inclusive Raoni e três caciques txucarramãe - que pretendiam levar suas queixas sobre a atuação da Funai ao ministro Ronaldo Costa Couto, do Interior, e ao presidente José Sarney. Os índios só conseguiram ser recebidos pelo chefe do gabinete civil, Marco Maciel, e saíram descontentes: "Conversaram, conversaram, não prometeram nada. Eles estão embromando", desabafou o cacique Raoni.

Dentre outras queixas, os aborígenes denunciam que a Funai mandou a polícia invadir e espancar índios na delegacia de Campo Grande. Eles

pretendem que a entidade seja extinta e substituída por uma Secretaria Especial Para Assuntos Indígenas, cujo projeto, de autoria de Mário Juruna, foi entregue ao presidente Tancredo Neves, mas até hoje não foi encaminhado.

Tratamento inadmissível

O tratamento dispensado aos índios em Brasília foi absurdo. Os cães do Exército não eram colocados numa operação dessa natureza desde o final de 1983, quando o general Figueiredo decretou o estado de emergência e acionou o general Newton Cruz contra a população. O major Palmeira, da PM, chegou a afirmar que os soldados estavam observando a área porque "da cabeça de menino, de juiz e de índio nunca se sabe o que vem". Juruna, por seu lado, desabafou que aquele aparato repressivo era "para usar contra bandido, não contra índio".

O 8 de março, Dia Internacional da Mulher, foi comemorado em diversos Estados brasileiros, destacando principalmente as reivindicações femininas para a Constituinte. Embora não tenha havido grandes manifestações de rua, uma das características importantes da comemoração foi a mobilização de diversas categorias de trabalhadores.

No dia 7, em São Paulo, pela manhã, foi lançada oficialmente na Assembléia Legislativa a Campanha pela Participação da Mulher na Constituinte. O ato contou com a presença do presidente José Sarney e de quatro ministros. Com o auditório lotado, pronunciaram-se a presidenta do Conselho Nacional de Defesa da Mulher, Ruth Escobar, e a presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina. Pela noite, 10 sindicatos comemoraram o 8 de março no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Além dos gráficos, publicitários, metalúrgicos, eletricitários, têxteis, telefônicos, aeroviários, trabalhadores na indústria de brinquedos, na purificação de águas e esgotos e no processamento de dados, marcaram presença entidades femininas como a União de Mulheres de São Paulo, e o Conselho Estadual da Condição Feminina, além da secretária do Trabalho, Alda Marco Antônio, e da representante do Departamento de Assuntos da Mulher da Conclat-SP, Elizabeth Tortoloni.

Em Brasília as comerciárias se manifestaram em Taguatinga, com a presença do presidente do sindicato da categoria, José Neves, representantes de partidos políticos e de entidades como a União de Mulheres do Rio Grande do Sul. A comemoração foi no domingo, dia 9, porque no Distrito Federal os comerciários ainda não conquistaram a semana inglesa.

No próprio dia 8 o Partido Comunista do Brasil, que realizava sua primeira reunião pública nos últimos 39 anos na Câmara de Deputados, saudou as mulheres brasileiras, em especial as mulheres trabalhadoras da cidade e do campo. Em mensagem dirigida às brasileiras, o PC do B relembra as mulheres sacrificadas "nos cárceres da ditadura, que tombaram em praça pública defendendo a liberdade, que entregaram suas próprias vidas no combate por um futuro melhor, em particular as 12 valorosas companheiras

Coronel autuado em flagrante em Porto Alegre

Decorrido um ano da intervenção do Banco Central no Sulbrasileiro e no Montepio da Família Militar (MFM), o coronel Hélio Prates da Silveira, presidente dos dois grupos, acusado

de malversação de verbas, ocupou novamente o noticiário gaúcho.

Protegido pela impunidade (até hoje nenhum dos diretores



O ex-presidente do MFM e Sulbrasileiro foi fichado depois do crime

do Sulbrasileiro e do MFM foi condenado) e pela arrogância característica dos militares, o coronel agrediu o jornalista Mendes Ribeiro com um soco, durante um programa de rádio em Porto Alegre e, da mesma forma, o jornalista Delmar Marques, autor do livro "MFM-Sulbrasileiro - ascensão e queda dos coronéis". Foi autuado em flagrante e, desta vez, acabou na cadeia.

A agressão ocorreu quando o jornalista, com um contracheque do coronel na mão, perguntou como ele podia receber um salário de 15 mil cruzados e pagar uma pensão de apenas 300 cruzados a uma pensionista que contribuiu durante 10 anos para o MFM.

O MFM foi criado em 1963, com 42 associados, mas tomou considerável impulso após o golpe militar, chegando ao final de 1964 com mais de 90 mil contribuintes. Na época, ele era presidido por um coronel de reserva. Seu presidente de honra era o comandante do III Exér-

cito em pessoa, Justino Alves Bastos.

O MFM chegou a ter 160 mil pensionistas, mas, depois de uma administração corrupta e mal sucedida, começou a "fazer água". Já em 1974 o Conselho Administrativo do Montepio decidiu congelar o valor das pensões à revelia dos pensionistas, pois naquela época os beneficiários do plano começaram a ter direito ao salário de coronel e o MFM alegava não possuir recursos para fazer frente a suas obrigações.

Finalmente, sob a administração de Prates Silveira estouraram uma série de escândalos. O MFM, que era o principal acionista do Sulbrasileiro, teve um prejuízo calculado em bilhões de cruzeiros (em 1983, para a receita de Cr\$ 150 milhões, o Montepio teve uma despesa de Cr\$ 550 milhões). No dia 14 de fevereiro de 1985, sofreu intervenção do governo, mas até hoje nada foi feito de concreto para responsabilizar e punir os diretores da entidade.

Luta dos trabalhadores da CMTC faz Jânio Quadros recuar

A força da unidade dos motoristas paulistanos impôs uma derrota à política do prefeito Jânio Quadros. Na semana passada o ex-presidente foi obrigado a cancelar as contratações de motoristas por seis horas de trabalho que a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) vinha implantando.

Na segunda-feira, às 3 horas, cerca de 1.500 funcionários da empresa entraram em greve nas garagens Leopoldina e Jabara, em protesto contra as contratações irregulares. No dia seguinte, a paralisação estendeu-se às garagens de tróleibus da Barra Funda e Tatuapé, envol-

vendo mais de 2.200 motoristas e cobradores, apesar das ameaças de suspensão e demissão feitas pela diretoria da CMTC.

A luta dos funcionários fez a empresa voltar atrás. "A organização do sindicato é maior do que a nossa força de punir", lamentou o presidente da CMTC, Jair Carvalho Monteiro, no final da tarde de 11 de março. "Vamos contratar pelo regime tradicional, de oito horas de trabalho. Foi a única forma encontrada de impedirmos a greve geral promovida para a meia-noite desta terça-feira", confessou. A CMTC é responsável por 25% de todo o transporte urbano da capital paulista.

JOGADA JANISTA

Mesmo derrotado o prefeito tentou dar a volta por cima. Como é de conhecimento público, nada acontece na administração da capital sem o aval de Jânio Quadros. Portanto, também as contratações no regime de seis horas tinham a ciência e aprovação do prefeito.

Para os funcionários da CMTC a situação era insustentável. Motoristas e cobradores contratados pelo regime de oito horas estavam com o emprego ameaçado. A revolta com as ameaças se estendeu e contou com o apoio do Sindicato dos

Motoristas, que chegou a marcar uma reunião com os patrões na Delegacia Regional do Trabalho.

Jânio, que anuncia serem motoristas e cobradores sua base eleitoral, sentiu as proporções da briga que estava comandando. Tratou então de emitir um de seus "bilhetes" publicitários solicitando ao presidente da CMTC (melhor seria dizer "ordenando") "que admitisse os trabalhadores no regime de oito horas". Visava a um só tempo, capitalizar os dividendos da vitória dos trabalhadores e deixar somente com o presidente da CMTC o ônus da derrota, medida que adotara.



Dez sindicatos comemoram o Dia Internacional da Mulher no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

tombadas na Guerrilha do Araguaia" (veja matéria na pág. 3).

MULHER E CONSTITUINTE

A participação da mulher na Constituinte também foi o tema central da mobilização das mulheres em Manaus. Cerca de 400 mulheres realizaram uma passeata pelo centro da cidade, a primeira do movimento numa cidade sem tradição de luta em defesa da emancipação da mulher. Em seguida, reunidas na Escola Técnica de Manaus, as mulheres discutiram Constituinte, violência e saúde. Foi um ato de grande repercussão na cidade, inclusive na grande imprensa. E contribuiu para fortalecer as lutas da manauaras pela Delegacia de Defesa da Mulher.

No Ceará, o Centro Popular da Mulher e mais 25 entidades sindicais, populares e partidos políticos realizaram o I Encontro Estadual da Mulher pela Constituinte. As 500 mulheres presentes discutiram também questões como saúde, controle de natalidade, creche, violência, discriminação no trabalho e na educação. Durante o ato, que contou com a presença do governador Gonzaga Mota, reivindicaram a criação do Conselho da Condição Feminina e da Delegacia de Defesa da Mulher. O governador assinou anteprojeto de criação do Conselho, fruto da luta das mulheres, com participação destacada do Cen-



Cerca de 400 mulheres fizeram uma passeata pelas ruas de Manaus

tro Popular da Mulher. E encaminhou os estudos para fundação da Delegacia especial.

Em Porto Alegre as mulheres também se reuniram para discutir suas reivindicações para a Constituinte bem como sua participação na fiscalização do congelamento dos preços. A União de Mulheres de Porto Alegre destacou-se no ato.

No interior várias manifestações foram realizadas. Em Frederico Westphalen realizou-se o I Encontro Regional de Trabalhadoras rurais, que reuniu 7 mil lavradoras de 11 municípios, reivindicando principalmente o

reconhecimento profissional da trabalhadora rural. Em Ronda Alta, na fazenda Annoni, cerca de mil mulheres se reuniram para elaborar um documento com suas exigências.

Em Cuiabá foi criado o Conselho Municipal da Condição Feminina. Em Vitória uma passeata denominada A Mulher na Constituinte foi duramente reprimida pela polícia, com mulheres e crianças espancadas. Em Salvador foram realizadas palestras e debates contra a discriminação da mulher em diversos bairros. (Olívia Rangel e sucursais)

Em Xinguara 40 camponeses se filiam ao PC do Brasil

Nos dias 1º e 2 de março, no município de Xinguara, sul do Pará, foi realizado um curso político para mais de 100 camponeses, patrocinado pelo Comitê Popular Pró-Constituinte e pela Associação de Moradores

de Xinguara.

O temário do curso tratava da reforma agrária e poder político. O curso foi ministrado pelo advogado dos posseiros e deputado estadual Paulo Fonteles, do PMDB-PA, candidato à

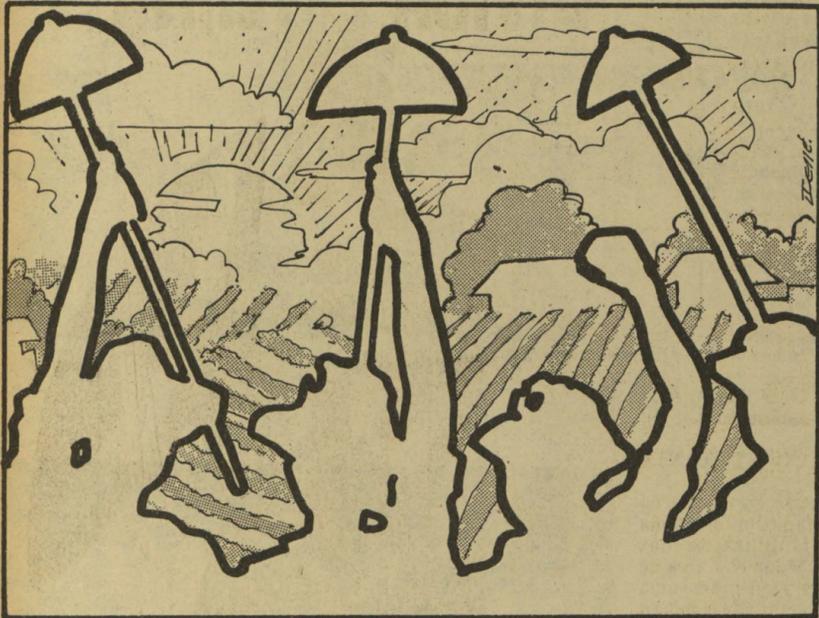
Constituinte, e Arthur de Paula, do PC do Brasil.

No primeiro dia foi discutida a situação fundiária do país, a necessidade da reforma agrária antilatifundiária, o Plano Nacional de Reforma Agrária do gover-

no e sua aplicação no Pará. No segundo dia foi tratada a questão de organização: necessidade e formas de organização de massas, desde mutirões, sindicatos, associações, até o partido político como forma superior de organização. Nesta ocasião foi debatida a necessidade do partido, especialmente o PC do Brasil, seu programa e sua história.

Dentre os mais de cem lavradores presentes, um se destacou: o sr. Lacerda, veterano lutador do levante camponês de Trombas e Formoso, que fez uma rápida exposição de como foi travada aquela luta em Goiás e o papel decisivo jogado pelo PC do B na organização e direção.

No final do curso foi realizada uma reunião especial presidida por José Alves, militante do PC do B desde 1949 e atualmente presidente do Diretório Municipal de Rio Maria, ocasião em que 40 camponeses se filiaram ao PC do Brasil e discutiram um plano de propaganda e filiação ao Partido em todo o município de Xinguara. (Tribuneiros de Xinguara, Pará)



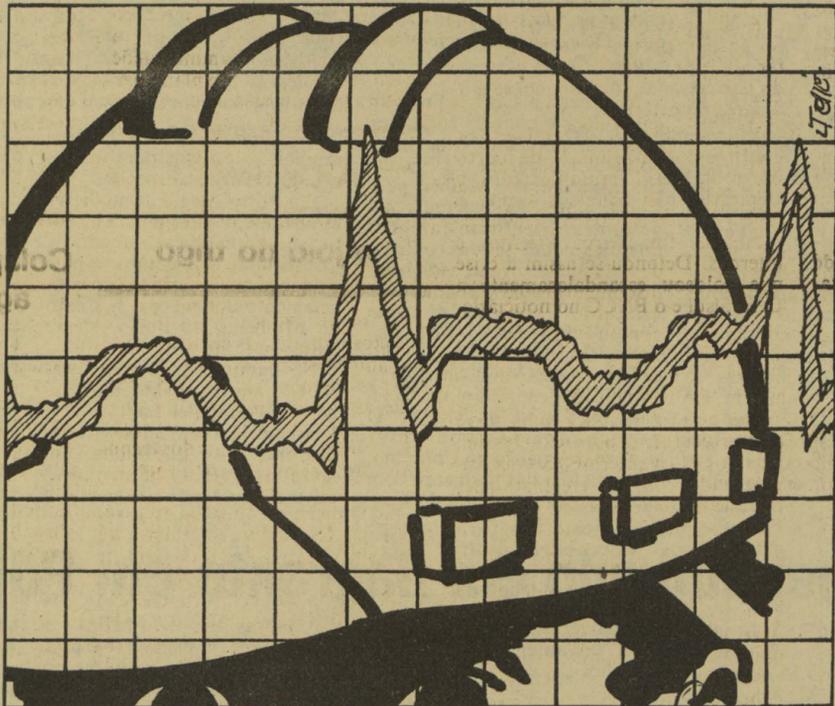
Cobafi aumenta seus lucros e intensifica a exploração

Na Cobafi, Companhia Baiana de Fibras, multinacional holandesa, maior fábrica têxtil da Bahia, 1.100 operários vivem sob um regime de superexploração. Os patrões passam por cima de vários direitos trabalhistas e tentam interferir na organização sindical dos trabalhadores.

Em 1982, apesar de ter obtido bons lucros, a empresa se negou a pagar a participação nos lucros (PL) - gratificação que era paga há dois anos consecutivos como conquista dos trabalhadores. De lá para cá a produção se manteve a todo vapor. Os lucros dos patrões cresceram assustadoramente e cresceu também a sobrecarga de trabalho imposta aos operários.

Como forma de compensar o desgaste físico dos trabalhadores, o Sindicato está desenvolvendo uma campanha pelo pagamento de 200% de PL: já que foi paga uma PL de 15 dias de salário, em janeiro, os operários a consideraram um simples adiantamento e estão se mobilizando pelo restante.

Inconformados e temendo que a mobilização cresça, os patrões veicularam, através da Jobafi (órgão informativo da empresa) que "a rentabilidade estava caindo". Como se não bastasse, utilizaram alguns operários para atacar o Sindicato, espalhando pela fábrica que "a luta pela PL é precipitada e que a diretoria da entidade serve ao PC do B". Mas os operários estão conscientes de que isso não passa de manobra para esfriar a luta.



Na Cobafi a mais-valia relativa cresce constantemente. Máquinas modernas são instaladas e o quadro funcional da empresa permanece estável, sobrecarregando os operários de forma desumana, levando-os a contraírem doenças profissionais e a se acidentarem.

A Cobafi é só uma das maiores fábricas do Estado em lucro líquido e número de operários. É também uma das que mais se destacam em repressão e no desdém em relação à segurança dos operários. Já chegou ao cúmulo de punir cipeiros

por terem atuado na investigação das causas de alguns acidentes de trabalho ocorridos, pois diversas áreas são perigosas e insalubres. Exemplo disso é que a empresa usa como matéria prima a caprolactama, substância que segundo o próprio fabricante (Nitro-carbono) é altamente inflamável e causa graves danos à saúde quando inalada e em contato com a pele. Nestas áreas os acidentes são constantes. Atualmente existem mais de 40 operários afastados por acidentes de trabalho, problemas de coluna,

hérnia, deficiência auditiva, em decorrência de carregarem peso excessivo, da alta temperatura, poluição sonora; muitos jamais irão se recuperar pois sempre voltam ao trabalho em convalescença e fazendo as mesmas funções de antes.

O Sindicato vai levar esta luta contra a exploração até o fim, lutando inclusive contra o presidente da Junta de Julgamento e Conciliação de Camaçari Dr. Manoel, que sempre defende os interesses da empresa. (Maria Elizete de Souza - secretária geral do Sinditêxtil - Bahia)

Estudantes rebaixam anuidades

Os estudantes da Associação Educativa Evangélica de Anápolis, conquistaram uma importante vitória no último dia 3, quando conseguiram o rebaixamento do índice das anuidades que seria de 89,6% (calculado pelo IPCA de janeiro) para 69,3% (com base pelo INPC de dezembro). No entender das lideranças estudantis esta conquista servirá de modelo para a luta contra o aumento decretado pelo CFE que majora em 20% o valor das anuidades pelas escolas do país.

Desde 1983, em virtude da luta estudantil, as anuidades nas escolas superiores são reajustadas de acordo com o INPC, tendo como data base os meses de dezembro e julho. No entanto, na última quinzena de janeiro, apro-

veitando a desmobilização das férias, o Conselho Federal de Educação, composto em sua maioria em testas-de-ferro das empresas de ensino, aprovou a solicitação dos donos das escolas, alterando o cálculo do reajuste das anuidades que era em base com o INPC de dezembro, índice de 69,3%, para o IPCA de janeiro que ficou em 89,6%.

Tomando por base a portaria do CFE, a direção da Associação Evangélica de Anápolis, faculdade que congrega mais de 1.100 estudantes, tentou impor a seus alunos aumentos escolares que chegaram a atingir 111%. Revoltados com esse abuso, os estudantes realizaram três assembleias massivas, coordenadas pelos

diretórios acadêmicos locais e pela União Estadual dos Estudantes de Goiás (UEE-GO), que tinha por objetivo tratar formas de luta para o movimento. Foi aprovado a negociação com a direção da escola e caso não desse resultado o boicote seria iniciado. Diante das pressões dos estudantes, não restou à direção da escola senão retroceder em sua decisão inicial, acatar o índice de 69,3%, com a ressalva de que a validade deste índice será até que o governo divulgue detalhes do pacote sobre as anuidades das escolas pagas. Isto implica que os estudantes que iriam pagar Cz\$ 1.103,00, passarão a pagar somente Cz\$ 820,00. Na opinião de Dorival, presidente do D.A de filosofia, esta conquista criou um clima de

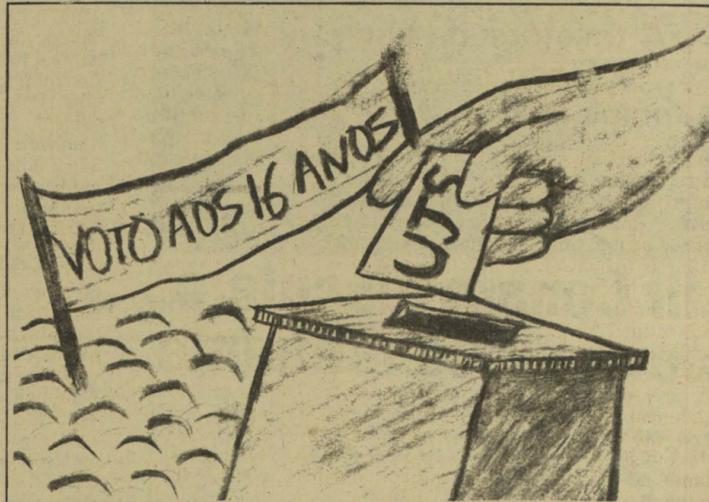
alegria entre os estudantes e fortaleceu as entidades estudantis.

O tesoureiro da UEE-GO, Vilvane Filipe, que acompanhou a luta dos estudantes da Associação Evangélica, é de opinião que a vitória conquistada foi, sobretudo, fruto da união e da organização dos estudantes. "Ficou claro" - disse ele - "que os estudantes não estão dispostos a permitir que hajam aumentos escorchantes nas escolas pagas. Usaremos até mesmo formas de lutas mais radicais para impedir que isso ocorra". Os estudantes de Anápolis deram um exemplo de luta que deve ser seguido. Os reflexos desta vitória não tardarão a serem sentidos nas escolas pagas de todo o país. (Um tribuneiro de Anápolis - Goiás).

Uma carta do sul do Pará relata importante realização do Partido Comunista do Brasil: um curso para mais de cem camponeses, sobre teoria marxista. No final, em sessão especial, 40 deles se filiaram ao partido.



Aliás o PC do B ocupou um espaço importante no cenário político nacional, realizando uma reunião no Congresso, em Brasília, com significativa participação. O ato repercutiu inclusive na grande imprensa, geralmente avessa a divulgar qualquer realização dos comunistas. Sinal dos tempos, conquista de todo o povo. (Olívia Rangel)



Voto aos 16 anos, direito dos jovens

A campanha pela aprovação do projeto do deputado Renan Calheiro (PMDB - AL) que defende reivindicação da União da Juventude Socialista ganhou impulso na última reunião do Sub-Comitê da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Por proposta do presidente da Contag, José Francisco, foi aprovado que esta sentida reivindicação da juventude brasileira conste da nova Carta Magna.

Esta campanha, lançada há pouco mais de um ano tem tido grande receptividade não só entre personalidades e parlamentares mas principalmente entre a juventude. É que aos 16 anos o jovem brasileiro já estuda e trabalha. Está integrado à sociedade, sofrendo todas as consequências dos rumos que a nação toma. Não se justifica, portanto, que não participe das decisões sobre os destinos do país através do voto.

No entanto os conservadores já se articulam para impedir esta con-

quista. No dia seguinte à aprovação da questão pelo Sub-Comitê, a Folha de São Paulo já estampava em editorial posição contrária a esse direito da juventude, alegando que "estes jovens também teriam que ter responsabilidade civil e penal". O fato é que a responsabilidade civil já existe. Os jovens estudam e trabalham. Têm, portanto, muitos deveres. Mas não têm direitos políticos. O fato de ter direito de voto não implica que tenha responsabilidade penal igual à dos adultos. O que se reivindica é apenas um direito político compatível com a responsabilidade que a juventude já tem, de acordo com sua contribuição para o desenvolvimento do país através do trabalho e do estudo.

Neste momento, em que o projeto ganha evidência, cabe à juventude intensificar a luta pela sua aprovação na Câmara dos Deputados e para barrar as investidas dos conservadores. (Ivan Prado - coordenador geral da UJS - São Paulo).

Quem vive em Risada não tem motivo para sorrir

Os quase 200 habitantes do povoado Risada, no município de Nazaré, no extremo-norte goiano, são vítimas do descaso da administração pública municipal e do vereador representante daquele povoado, Pedro Pereira. Embora o povoado esteja situado a 29 km da cidade, os moradores não dispõem sequer de uma estrada por onde possa trafegar um trator.

Para chegar em Nazaré é preciso que se vá a cavalo, pois os trilheiros de gado, usados como estrada, tornam difícil a passagem de pedestres. Talvez por isso há 3 anos não aparecia nenhum forasteiro no povoado. A escola funciona precariamente. O professor, Raimundo Pereira da Silva, foi colocado ali pelo sr. Pedro. Como protegido do vereador, tem humilhado pais na presença dos alunos, invadindo ranchos para buscar livros dos estudantes. Ele chegou a

agredir fisicamente uma criança de 7 anos, jogando-a no chão.

Em consequência dos maus tratos dispensados aos alunos, o ano letivo começou com 25 crianças e terminou com apenas 12, pois os pais, receosos de verem seus filhos maltratados, preferiram tirá-los da escola. E o professor não se importa com isso, pois recebe o mesmo no final do mês.

Várias queixas foram feitas ao vereador e ao prefeito, mas nenhuma providência foi tomada. Sabemos que as eleições estão aí e estes políticos irão novamente abrir estradas para chegar a Nazaré na tentativa de buscar os preciosos votos para os seus candidatos. Desta vez, no entanto, terão uma surpresa, pois os moradores do povoado têm na garganta um forte: "Fora políticos copa do mundo!".

(Amigos da TO - Araguaína, Goiás)

União da Juventude Socialista debate socialismo em Jequié

O núcleo da União da Juventude Socialista que está em formação em Jequié, pretende levar a juventude da cidade a participar das lutas aprovadas no II Congresso da UJS no Espírito Santo e promover várias atividades políticas e culturais como: debates sobre socialismo na Albânia, a realidade da juventude, a cultura nacional popular, a luta pela reforma agrária e a juventude na Constituinte, etc. No dia 25 de fevereiro foi dado início aos debates na Casa da Cultura de Jequié, com o tema "capitalismo x socialismo" onde foi discutido o surgimento do capitalismo e seu desenvolvimento, as formas capitalistas no

Brasil e no mundo, o processo de luta pelo socialismo científico, a democracia popular, e a traição soviética ao socialismo da classe operária. O debate serviu para esclarecer sobre os aspectos dessa exploração do homem pelo homem que é o capitalismo, e esta nova sociedade onde a juventude e a classe operária poderão se desenvolver, que é o socialismo, uma prova de que a UJS está desempenhando um importante papel no esclarecimento da teoria marxista-leninista. (Amigos da TO - Araguaína, Goiás)

Centro de desenvolvimento e implementação do socialismo
Coordenador Municipal da UJS - Jequié - Bahia

Falcatruas da dívida externa: o caso da Central sul

O Bank of America estava cobrando uma dívida de 15 milhões de dólares da Central sul. Uma investigação detalhada dessa dívida apurou, entretanto, que na verdade era o Bank of America quem devia 140 milhões de dólares à Central sul. A história desta façanha está contada no livro "Dívida externa - o caso exemplar das cooperativas gaúchas contra o Bank of America", dos jornalistas Raimundo Rodrigues Pereira e Alvaro Caropreso, resposta ao jornalista Francisco de Oliveira, autor do livro "Viva a corrupção - o escândalo BNCC/Central sul". A obra é também modelar como postura jornalística rigorosamente comprometida com a defesa da soberania nacional e indica que a investigação dos mecanismos da dívida externa podem ser um caminho extremamente útil para a reavaliação da legitimidade de muitos dos compromissos assumidos no passado.

A história teve início em 1979 quando a Cia. Noga d'Importation et Exportation, da Suíça, resolveu não receber uma partida de 20.650 toneladas de óleo de soja, que havia comprado no Brasil. A Noga, que naquele ano tinha a maior participação no mercado mundial, havia comercializado metade do óleo de soja brasileiro exportado. Ela tinha bons motivos para recusar-se a receber o produto.

felizes. Acontece que, em 1980, quando a Noga quis realmente o produto, seu valor no mercado internacional havia caído à metade, e a Central sul conseguiu realizar apenas parte da quantia que devia ao BofA.

Tramóia do banco americano com verbas brasileiras

Essa operação ilegal era acoplada a outra grave ilegalidade. A Central sul teve que abrir uma conta na agência de Houston do BofA e centralizar nela os pagamentos de todas suas operações no exterior. Como os recursos dessa conta deveriam cobrir a dívida que a Central sul havia contraído ilegalmente com o BofA, o banco americano foi autorizado a operá-la à sua conveniência, realizando saques necessários ao pagamento da dívida por sua própria conta. Dessa forma, a dívida da Central sul com o BofA não diminuía nunca - ao contrário - e a cooperativa enrolava-se cada vez mais na rolagem da dívida.

A montagem dessa falcatrua só foi possível porque o governo militar também rolava a dívida externa do país, e valia tudo para conseguir dólares no exterior.

Em setembro de 1982, quando os créditos internacionais de curto prazo ao Brasil foram cortados, a Central sul não pôde mais rolar a dívida e viu-se enforcada pelos compromissos financeiros externos e internos. Detonou-se assim a crise que tocou - escandalosamente a Central sul e o BNCC no noticiário, culminou na liquidação do BNCC, na quase liquidação da Central sul e na demissão de Amaury Stabile, ministro da Agricultura.

Em agosto de 1983, uma nova diretoria foi eleita para a Central sul, em oposição à anterior que era comprometida com as irregularidades em que a cooperativa se envolvia. Baseado principalmente nos agricultores e nas pequenas cooperativas do interior gaúcho, Jarbas Pires Machado, o novo presidente da Central sul, elegeu-se com o compromisso de realizar uma gestão democrática, empresarialmente eficiente, sanear a entidade, "separando as cooperativas de joio das cooperativas de trigo."

A revolução do Irã causa transtornos ao comércio de soja

Primeiro, os preços no mercado internacional estavam em queda, enquanto no Brasil continuavam em alta; segundo, aquela remessa estava destinada ao Irã do Xá Reza Pahlavi, e como antes da entrega da mercadoria o Xá foi deposto, a Noga receava não receber o pagamento do óleo.

Havia porém o lado brasileiro, onde a manobra da empresa esbarrava em exigências legais que deviam ser cumpridas. Pelas leis do país, o exportador é financiado por bancos brasileiros que, por sua vez, contratam com um banco estrangeiro um crédito em dólares para dar cobertura cambial à operação, que deve ser quitado quando a mercadoria for entregue. Por isso, sempre que um contrato de exportação é efetuado, a lei brasileira exige que a mercadoria seja efetivamente entregue. A Noga não podia sequer vender a mercadoria sob o disfarce de um lote importado, pois a importação de óleo de soja era proibida.

Há ainda outro poderoso personagem estrangeiro nesta história. Trata-se do Bank of America (BofA), que procurava uma brecha para colocar-se na agropecuária brasileira. Do lado brasileiro, havia a Federação das Cooperativas Tricolores do Sul Ltda. (a partir de 1980, Central de Cooperativas dos Produtores Rurais do Estado do Rio Grande do Sul Ltda., Central sul), uma poderosa federação de cooperativas de produtores de soja, que ambicionava admitir todas as etapas de processamento e produção desse produto.

A Central sul concordou em receber o óleo que a Noga não queria mais, o BofA pagou à Noga pelo óleo e transferiu ilegalmente a conta para a Central sul. Pelo trato, era como se o óleo nunca tivesse saído das mãos da Noga. Mas, na verdade, a Central sul entregaria o óleo à Cobal para distribuição através da rede Somar. Quando a Noga voltasse a se interessar pelo produto, lhe entregaria outro lote de 20 mil toneladas e, aparentemente, tudo estaria como antes, todos pagos e

Retrato do BRASIL
DÍVIDA EXTERNA
Alvaro Caropreso e Raimundo Rodrigues Pereira

O caso exemplar das cooperativas gaúchas contra o Bank of America

Na diretoria, Jarbas tem dois compromissos básicos: elucidar os fatos ocorridos nas administrações anteriores e elaborar um plano para viabilizar o sistema cooperativo.

A Central sul começa a separar o joio do trigo

As investigações desvendaram aspectos importantes do mecanismo do endividamento externo e provaram as virtudes de se esclarecer todas as contas que hoje são cobradas ao país, contraídas sob a direção dos generais presidentes e dos tecnocratas ligados ao imperialismo.

Ficou demonstrado que ao invés de dever 15 milhões de dólares ao BofA, a Central sul era credora de uma dívida quase dez vezes maior: dada a ilegalidade da movimentação da conta de Houston, todas as ações cujo resultado significaram desvios de divisas do país poderiam ser anuladas e a Central sul poderia cobrar a indenização dos prejuízos que, segundo uma auditoria interna, equivalem a 140 milhões de dólares. As providências legais, no Brasil e nos Estados Unidos, foram imediatas, e a demanda judicial ainda não está encerrada.

O livro é uma defesa primeiro das cooperativas gaúchas e da postura nova da direção da Central sul, contra o livro do jornalista Francisco Oliveira - que afirmava que o sistema cooperativo entrou em crise

devido à falta de escrúpulos e à corrupção de alguns poucos homens. Para Raimundo Rodrigues Pereira e Alvaro Caropreso não basta denunciar, descobrir e punir os corruptos. É necessário descobrir a trama oculta na qual os funcionários venais, os gananciosos, os relapsos, são instrumentos.

Colapso da produção agrícola a voltada para o exterior

Além disso, como o caso das cooperativas gaúchas mostra, a crise reflete o colapso do financeiro da produção agrícola voltada para o exterior, e expõe o mecanismo da dominação imperialista. A postura jornalística que o livro exemplifica vai além da aparência dos fenômenos, em busca de suas causas mais profundas e intrincadas.

Não como Diógenes, o moralista, que andava à luz do dia com uma lanterna em busca de um homem honesto, mas sim como o cidadão comprometido com a defesa dos interesses do povo de seu país e da soberania nacional. E o exemplo, aqui, junta-se ao dos dirigentes e advogados da Central sul, mostrando que, se a aparência do fenômeno é feia, sua face real é cruel - é a face da dominação imperialista, cujo mecanismo aqueles que investigam apenas a aparência não querem reconhecer, denunciar e nem destruir.

(José Carlos Ruy)



Artêmio, autor e intérprete de "Soldado Jesus"

A trajetória de um soldado fiel ao golpe militar de 64

Estará em exibição no dia 19, às 20h30 no Teatro Cacilda Becker, em São Bernardo do Campo, a peça "Soldado Jesus", de Artêmio Fonseca, interpretada pelo próprio autor. Trata-se de um monólogo onde são empregadas várias formas de interpretação. Segundo Artêmio, a peça "aborda a trajetória de um militar confuso, contraditório e carregado de conflitos internos e externos que são costurados no texto através do recurso de flash backs".

A cena se dá num quarto onde Jesus mora sozinho em 1984, e sai para as ruas, estradas, cadeia, enfim, para todos os lugares importantes que o personagem trilhou como homem atuante no golpe militar de 64, na Oban (equipe de tortura e assassinato de presos políticos), na execução do AI-5, no Esquadrão da Morte. Soldado Jesus tem ainda três filhos que lhe causam uma grande decepção, já que tomam rumos que ele não admite. "O espetáculo é divertido e dramático. O personagem é um corintiano fanático, que passa por momentos de alegria, tristeza, paixão e revolta", assegura Artêmio. A trilha sonora utiliza músicas e efeitos sonoros de Jean-Luc-Ponti, Cesar Camargo Mariano, Pixinguinha, Don Ellis, Quinteto Armorial e outros.

Nos dias 20, 21 e 22 "Soldado Jesus" estará sendo apresentado no Teatro Clara Nunes, em Diadema; e nos dias 4, 5 e 6 de abril no Teatro Concheta de Moraes, em Santo André. O grupo "De repente um vento passou por aqui", responsável pelo espetáculo, pode ser contatado através do telefone 943-6814.

A Livraria e Espaço Cultural Anita Garibaldi promove no próximo dia 21 o lançamento dos livros:

A Luta Contra o Revisionismo Soviético, de Enver Hoxha, e História de João da Silva, do poeta e sociólogo Clóvis Moura,

& Abertura da exposição dos quadros de Jorge Vieira do Rego, artista carioca ligado à União da Juventude Socialista.

A Noite de Poesia & Arte & Política ocorrerá no dia 21, a partir das 19 horas, na av. Brigadeiro Luiz Antônio, 1511, Bela Vista, São Paulo, fone 251-2729.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefones: 36-7531 (DDD 011)
Telex: 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
ACRÉ - Rio Branco: Edifício Felício Abraão 2º andar sala 32 - CEP 69900.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinquentário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45500. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44 - CEP 45700. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47300. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (pré-dio da antiga Cimesf) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguiar, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000.
Ampolha: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961 - CEP 80000.
Londrina: Rua Serpente, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Virgílio Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Danias Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua Dr. Casa-grande, 58 - CEP 95700. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinhas: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Victorino, 746-A - CEP 96200.
LUIZÍ - Rio de Janeiro: Edifício Nelson Luchese, s/ 23, 2º andar.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua N.º 400 - CEP 24000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 36, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Antônio Ottoni Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda., Composição, Past-Up e Fotolito, Litografia Fotolitos Ltda. Fone: 279-3646. Impressão: Cia. Jornalística. Fone: 815-9999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Contribua para o fortalecimento da imprensa operária.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)	<input type="checkbox"/> Cz\$ 260,00
Anual popular (52 edições)	<input type="checkbox"/> Cz\$ 130,00
Semestral (26 edições)	<input type="checkbox"/> Cz\$ 130,00
Semestral popular (26 edições)	<input type="checkbox"/> Cz\$ 65,00
Trimestral (13 edições)	<input type="checkbox"/> Cz\$ 33,00
Anual para o exterior (dólares)	<input type="checkbox"/> US\$ 70

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O povo de olho nos preços

O povo mostrou que é o melhor fiscal contra os comerciantes que teimam em burlar o congelamento dos preços. Logo após o pronunciamento do presidente Sarney pedindo que cada brasileiro ajudasse na fiscalização, milhões de pessoas saíram às ruas, numa resposta imediata. Fizeram denúncias, prenderam especuladores e fecharam inúmeros supermercados em todos os pontos país. Até uma igreja foi autuada, por cobrar mais caro as cerimônias de casamento no Rio de Janeiro!

Pela primeira vez na história do país foi dado ao povo o direito e a cobertura legal para enfrentar os especuladores. Sem medo, como se tivesse cumprindo um dever cívico, ele foi para as ruas. Na guerra contra o aumento dos preços nem Igreja escapou ao controle popular. No bairro carioca da Urca, um casal de noivos descobriu que o preço da cerimônia havia aumentado de Cr\$ 400,00 para Cr\$ 800,00 entre fevereiro e março. Não teve dúvidas. Logo que foram declarados marido e mulher, os dois se dirigiram à Sunab. Na presença de dezenas de pessoas, os fiscais autuaram a igreja por desrespeito ao congelamento dos preços.

Aqueles mais recalcitrantes em fugir ao tabelamento - geralmente as maiores redes de supermercados - sentiram o peso da ira popular. No dia 11, em pleno centro de Fortaleza, a dona-de-casa Regina Melo Leandro entrou nas Lojas Americanas e pegou um desodorante que estava a preço acima da tabela oficial. O gerente da loja tentou agredí-la para tomar o produto de suas mãos. Os fregueses se revoltaram

ram e teve início um grande quebra-quebra. Na rua, a multidão atirava pedras nas vitrines do supermercado. Os fiscais da Sunab e a polícia prenderam o gerente, mas o povo não permitiu que as Lojas Americanas reabrissem suas portas enquanto não se colocasse na tabela todos os produtos.

Sem medo o povo saiu às ruas para fiscalizar preços

Nem a ameaça de desemprego fez calar as pessoas. O taxista de São Paulo Sérgio Henrique Diego Correia, pai de três filhos menores denunciou seu patrão, Antônio Ruffo, que aumentou as diárias dos frotistas da Italtaxi. "Nunca bati o carro, nunca atrasei o pagamento da diária", falou Sérgio. "Acho que outra frota me daria emprego. O que não podia fazer era permitir exploração".

A mobilização espontânea das massas pegou as entidades



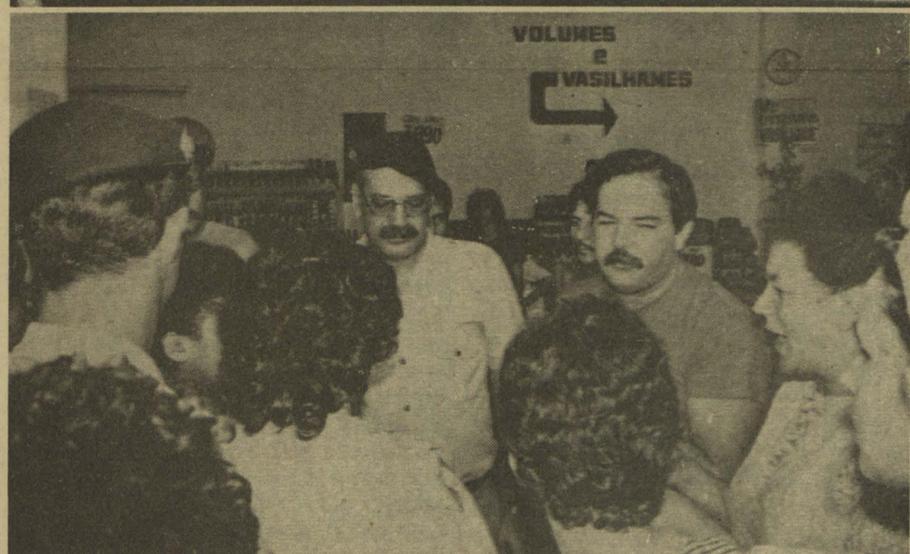
Em Camaçari o prefeito Caetano sai às ruas contra remarcações. Em Fortaleza multidão fecha as Lojas Americanas e em Sto. André mulheres do Centreville deixam dono de supermercado acuado.

sindicais e populares de surpresa. Perto de uma semana após o decreto do congelamento é que, em vários locais, os sindicatos e entidades de bairros passaram a organizar brigadas para controlar os preços. Algumas, poucas, preferem ir pela contra-mão, atropelando as iniciativas da massa. Jair Meneguelli, presidente da CUT, afirmou à imprensa que não pretende fazer "brigadas" para conter os preços nos supermercados por achar que esta não é função dos sindicatos.

Enquanto isso, em diversas cidades se criavam comitês de defesa do consumidor. Em várias delas a Prefeitura também ajuda na mobilização. Em Camaçari, polo industrial próximo a Salvador, o recém-eleito prefeito Luiz Caetano, logo no dia 3 de março saiu com 20 funcionários fiscalizando os estabelecimentos comerciais. Neste primeiro dia ele fechou oito casas de comércio que estavam vendendo produtos acima da tabela oficial. Os populares aplaudiam cada vez que Caetano autuava um infrator e comentavam: "Isto é que é prefeito". A ação decidida de Caetano repercutiu imediatamente entre a população e no mesmo dia a cidade encheu-se de "fiscais da Presidência".

Papel destacado das mulheres nas "brigadas"

Alguns sindicalistas estão conscientes de que esta é uma oportunidade de se fazer um trabalho unitário entre as várias entidades, sindicais e populares, para barrar o aumento dos preços. Em São Paulo, a Conclat convocou uma plenária no dia 10, onde tirou várias medidas práticas, como a estruturação deste



movimento pelos bairros e locais de trabalho. "Se todos nós não nos unirmos para fazer valer o congelamento, não vai dar certo. Aí é o povo que vai pagar, porque os salários já estão congelados", declarou Jamil Murad, secretário-geral da Conclat-SP.

As mulheres assumiram um papel de destaque na batalha contra a remarcação dos preços. As mobilizações espontâneas que pipocam por vários bairros geralmente são lideradas por donas-de-casa. No conjunto habitacional Centreville, em Santo André, no ABC paulista, onde as mulheres já tinham uma tradição de lutas, se formou uma brigada que fez a primeira autuação de um supermercado no município.

Raquel Ferraz, diretora da Associação União e Luta do Centreville conta que no dia 2 as mulheres fizeram uma reunião e decidiram que não podiam ficar alheias ao que estava acontecendo. No dia seguinte, 15 donas-de-casa saíram, em três grupos para fiscalizar o supermercado Santa Helena, a feira e os botecos do conjunto.

"Pegamos a tabela que saiu no jornal - diz Raquel - e fizemos os feirantes abaixarem os preços". Um feirante mais renitente se negou a reduzir os preços e as mulheres ficaram em frente à sua banca avisando aos compradores: "Vendo que não

OPINIÃO

Todos na fiscalização

Desde os primeiros instantes em que foi decretado o congelamento dos preços de mercadorias e dos salários o povo viu com clareza que sem a sua severa vigilância estas medidas seriam burladas pelos capitalistas. Isto se confirmou na prática, haja visto o grande número de infratores pegos em flagrante. A rede de supermercados Pão de Açúcar é um dos que mais sofreram autuações dos fiscais. Seu dono é o sr. Abílio Diniz, membro do Conselho Monetário Nacional e que nem sequer foi importunado pelas autoridades.

Por seu lado a população conta com sua organização para evitar o desrespeito ao congelamento. As entidades sindicais e populares têm procurado dar uma maior organização a esta movimentação espontânea de vigilância aos preços que se espalhou por toda parte.

Neste trabalho deve-se aglutinar o maior número possível de pessoas em seus locais de moradia, de trabalho ou de estudo. No dia a dia o povo descobre novas formas de luta que servirão de exemplo para os fiscais de outros locais.

Num outro bairro operário, o Jardim do Ipê, na Zona Leste de São Paulo, Dora Pereira, diretora da Sociedade Amigos do Bairro, organizou cerca de 20 mulheres para fiscalizar o comércio da região. Elas saem em três grupos e cada um tem liberdade de escolher o roteiro que deseja, pois alguns preferem não fiscalizar nos locais onde fazem suas compras. Dora explica que isto acontece porque "de certa maneira elas têm alguma dependência dos comerciantes, seja por comprar com cadernetas ou outro tipo de cartão".

No Supermercado Santa Helena foi constatado que alguns produtos estavam com preços fora da tabela. A moradora Regina Macedo chamou a polícia, o proprietário Miguel Toscano foi autuado em flagrante e recebeu multa. Contudo, Regina mais tarde comentava: "Eu me senti muito bem como fiscal. O dono me chamou de agitadora, mas não estou nem aí. Se tiver que fechar a gente cada um tem o seu jeito".

Congelar: luta antiga

O congelamento dos preços é uma antiga bandeira de luta dos setores populares. Em 1912 os paulistas já organizavam os "Comitês de Agitação Contra a Carestia". Estes núcleos organizavam pequenos comícios nos bairros denunciando os especuladores responsáveis pela elevação dos preços de víveres e alugueis.

Com a guerra o custo de vida disparou. As mercadorias de primeira necessidade subiram de 50 a 150% entre 1916 e 1917. Nesta época o salário de um operário variava de 120 a 150 mil réis, trabalhando de 14 a 12 horas por dia. Uma família de quatro pessoas tinha um gasto em torno de 205 mil réis. Nesta situação de penúria estourou a greve geral em julho de 1917. Cerca de 45 mil operários pararam a capital paulista exigindo melhores salários e o fim da carestia.

SAQUE AOS AÇUGUES

Um novo surto de mobilização contra a carestia ocorreu na década de 50. Em 1952 houve grandes agitações em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul contra a alta dos preços. Em Belo Horizonte as donas-de-casa iniciaram um movimento contra o aumento do preço da carne e a luta tomou vigor com a participação dos ferroviários. Durante uma passeata pelo centro da cidade houve saque aos açougues. A polícia metralhou a multidão, matando um ferroviário e uma criança.

No Rio Grande do Sul o protesto dos operários atingiu 27 cidades. Em Santa Maria os ferroviários encabeçaram a greve exigindo o rebaixamento do preço da carne. Na cidade de Rio Grande foram feitas passeatas e comícios com mais de 15 mil pessoas. A polícia reprimiu e matou quatro manifestantes.

No dia 2 de dezembro de 1952 São Paulo parou com uma greve nas principais fábricas e uma passeata de

400 mil pessoas para exigir o congelamento dos preços. Em março do ano seguinte os têxteis entraram em greve contra a carestia. A paralisação se espalhou por outras categorias atingindo 300 mil operários. Em setembro de 1954 um milhão de trabalhadores de todo o Estado de São Paulo cruzaram os braços contra o aumento do custo de vida. Em 1958 o movimento sindical unido a outros movimentos populares conseguiu o congelamento dos preços de uma série de produtos essenciais.

Uma nova fase da luta contra a carestia teve início em 1975 quando surgiu o Movimento do Custo de Vida, mais tarde Movimento Contra a Carestia (MCC). Seu ponto alto foi a 27 de agosto de 1978, quando 20 mil pessoas compareceram à Praça da Sé, em São Paulo, para entregar um abaixo-assinado dirigido às entidades exigindo o congelamento dos preços. Foram violentamente reprimidos pela polícia. Entre 1978 e 1980 os representantes do MCC de vários Estados foram duas vezes ao Palácio do Planalto exigir medidas contra a alta do custo de vida. O Presidente não os atendeu nenhuma das vezes e mandou a PM reprimi-los.



Manifestação no Rio em 1954